



Relatório de Gestão e Ações

da Secretaria de Assuntos
Internacionais do Ministério
da Fazenda (SAIN/MF)

Janeiro de 2023 a Fevereiro de 2026



MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Relatório de Gestão e Ações

da Secretaria de Assuntos
Internacionais do Ministério
da Fazenda (SAIN/MF)

Janeiro de 2023 a Fevereiro de 2026

Por Tatiana Rosito e equipe da SAIN



**Embaixadora
Tatiana Rosito**

INTRODUÇÃO

Este relatório de gestão cobre o período de 11 de janeiro de 2023 a 28 de fevereiro de 2026, no mandato do Ministro Fernando Haddad no Ministério da Fazenda (MF), quando a Embaixadora Tatiana Rosito esteve à frente da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN).

O período em tela talvez represente o mais intenso ciclo da agenda multilateral do Brasil em décadas recentes, tendo o País presidido, em sequência, o G20 (2024) e o BRICS (2025), e se preparado para assumir a presidência da COP30 (nov. 2025). O País esteve, ainda, à frente da presidência *pro tempore* do MERCOSUL no segundo semestre de 2023 e 2025. Esses anos coincidiram com o período pós-pandemia, mas também com um cenário externo marcado por fragmentação econômica, conflitos políticos, incluindo a guerra na Ucrânia e agravamento das tensões no Oriente Médio, que tornaram o ambiente internacional mais instável. O esgarçamento do multilateralismo prosseguiu com força em 2025, marcado por guerras comerciais e acirramento dos riscos e incertezas.

De forma geral, as dívidas cresceram muito em todos os países desde a pandemia e não retornaram a patamares menores, o que é agravado por taxas de crescimento do comércio, do investimento e do Produto Interno Bruto (PIB) bem abaixo das médias de décadas anteriores e do necessário para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário, o Brasil buscou atuar pautado pelas posições históricas de apoio à paz, ao multilateralismo, ao diálogo e à construção de uma agenda externa propícia ao desenvolvimento econômico sustentável, com redução das desigualdades e justiça social.

Essas diretrizes foram traduzidas em ações voltadas à inserção do Estado brasileiro no cenário internacional e ao fortalecimento do comércio exterior, com foco na definição do posicionamento nacional em temas de cooperação internacional, integração regional e global, bem como na gestão das operações de crédito à exportação. Essas iniciativas estão refletidas em objetivo estratégico específico para a SAIN no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Fazenda, que orientou a atuação da Secretaria no período.

Esse ciclo de liderança do Brasil em política externa teve desdobramentos concretos para a SAIN, seja na copresidência da Trilha de Finanças do G20 e do BRICS, em conjunto com o Banco Central do Brasil (BCB), seja à frente da iniciativa do Círculo de Ministros das Finanças para a COP30, entre outros temas que serão abordados no relatório.

Internamente, o MF liderou iniciativas com significativos impactos domésticos e externos. Em 2023, além da adoção de um novo arcabouço fiscal, o Congresso Nacional aprovou a reforma tributária do consumo. Ambas as iniciativas contaram com grande empenho do MF e tiveram impactos positivos no reconhecimento externo.

Além disso, o Plano de Transformação Ecológica, lançado pelo MF em agosto de 2023, com o objetivo de dotar o País de políticas, incentivos e ferramentas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da indústria, com justiça e inclusão social, revelou-se elemento central e fio condutor para várias iniciativas na área internacional. Orientou, ainda, a formação de um ecossistema de financiamento do desenvolvimento sustentável inovador e reconhecido globalmente.

A quarta iniciativa com impactos significativos foi a elevação da justiça tributária a elemento central da agenda fazendária interna e externa, tendo destaque na presidência brasileira do G20 e na reforma dos impostos sobre a renda em 2025.

Ao início, a gestão da SAIN foi marcada pela necessidade de reconstruir e reestruturar a Secretaria, que, no atual governo, teve suas funções redivididas com outros ministérios — Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mas também Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), do ponto de vista administrativo —, conferindo-lhe uma configuração similar ao período anterior a 2018, com alguns ajustes.

Assim, o ano de 2023 exigiu, primeiramente, a contratação e formação de toda a equipe da nova SAIN, ao mesmo tempo em que se planejava a sua expansão para a presidência do G20. A Secretaria também voltou a ocupar espaço no Edifício sede do Ministério da Fazenda. A partir de dezembro de 2023, o número de funcionários viria gradualmente a triplicar, chegando a 86, com vistas a realizar as funções da Presidência da Trilha de Finanças do G20, inclusive as de apoio logístico.

Uma particularidade da SAIN é que ela não conta com quadro de funcionários próprios, devendo buscar atrair colaboradores das carreiras do MF, mas também de outras carreiras do serviço público. Ao tempo em que isso permite à Secretaria contar com servidores qualificados de diversas origens, também demanda esforços de gestão adicionais. Além disso, várias carreiras estão impedidas de ceder funcionários para cargos abaixo de certo nível hierárquico.



Foto de equipe da SAIN com Ministro Fernand Haddad, fevereiro de 2026 — Diogo Zacarias.

A rápida escolha dos subsecretários entre funcionários qualificados da administração federal permitiu que a Secretaria se reestruturasse com relativa rapidez, o que foi fundamental para o desempenho ao longo dos anos seguintes.

Na montagem da equipe temporária do G20, que também seria parcialmente estendida para o BRICS e, em menor medida, para a COP30, deu-se especial atenção à atração de novos talentos e à diversidade de gênero, regional e racial, o que conferiu particular impulso ao diálogo pioneiro da Secretaria com a academia e a sociedade civil.

A nova SAIN teve a sua estrutura atualizada para refletir o Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente modificado pelo Decreto nº 11.907, de 2024, tendo como competências:

1. *elaborar estratégias e participar de discussões e de negociações econômicas e financeiras com outros países, e de fóruns, organizações econômicas e instituições financeiras internacionais;*
2. *avaliar e definir o posicionamento brasileiro quanto a políticas, diretrizes e iniciativas de organismos multilaterais de desenvolvimento, de organizações econômicas e de instituições financeiras internacionais, sob responsabilidade do Ministério, em matéria de cooperação econômica, monetária e financeira, incluídas a regulação e a supervisão;*
3. *definir a estratégia e coordenar as negociações relativas à recuperação de créditos externos da União com outros países ou garantidos por outros países;*
4. *coordenar a participação do Ministério em iniciativas de financiamento e em negociações econômicas internacionais relacionadas com desenvolvimento sustentável, com o meio ambiente e com a mudança de clima;*
5. *participar de negociações e iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento vinculadas às atribuições da Secretaria;*
6. *coordenar o relacionamento institucional do Ministério com as diretorias-executivas residentes e a participação do País nas diretorias-executivas não residentes, assembleias de governadores e outras instâncias de governança do Grupo Banco Mundial, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e outros organismos financeiros internacionais de desenvolvimento globais em que o Ministério da Fazenda seja o órgão de enlace, sendo o respectivo representante alterno indicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento;*

7. *coordenar as ações relacionadas com as integralizações de cotas de capital ou ações em bancos multilaterais globais de desenvolvimento em que o Ministério represente o País e as contribuições ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Fundo Verde do Clima (GCF), Climate Investment Funds (CIF), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva Brasil-China e a outros fundos internacionais globais sob responsabilidade do Ministério;*
8. *assessorar o Ministro de Estado em processos de diálogo internacional de natureza econômico-financeira e em outras atividades, bilaterais ou multilaterais, de natureza internacional;*
9. *avaliar cenários e riscos da economia internacional e de economias estratégicas para o País, para subsidiar o posicionamento do Ministério em sua atuação internacional;*
10. *formular propostas de políticas e programas de comércio exterior de bens e serviços, investimentos e financiamento, respeitadas as competências dos demais órgãos; e*
11. *coordenar a participação do Ministério nos colegiados da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).*

Para o exercício de suas atividades, a SAIN conta com um gabinete e três subsecretarias: a Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica (SUFI); a Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável (SUFIN); e a Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais (SUMAC), com competências especificadas pelos referidos decretos.

Houve, na criação da nova SAIN, a intenção de reforçar a atuação na área do financiamento do desenvolvimento sustentável e de fundos climáticos, o que permitiu sinergias importantes entre a agenda doméstica e a agenda externa. A reestruturação e consolidação da área responsável pelos fundos climáticos baseou-se na premissa de que o governo, por intermédio de suas autoridades designadas, deve buscar alinhamento entre o *pipeline* de projetos beneficiários de recursos concessionais e a estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável, com vistas a ampliar o potencial catalizador de recursos, sobretudo do setor privado. Isso se fez com base em revisões programáticas e priorização dos programas para o *Green Climate Fund* (GCF), o *Global Environment Facility* (GEF) e os *Climate Investment Funds* (CIF).

Externamente, esse movimento coincidiu com a presidência brasileira do Grupo de Trabalho sobre Finanças Sustentáveis do G20 (SFWG, na sigla em inglês) pela SUFIN, que teve entre suas prioridades a reforma dos fundos climáticos, para facilitar e agilizar o acesso aos seus recursos.

A Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas (TF-CLIMA), co-presidida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e MF, também propôs abordagem inédita para o financiamento climático, ao unir as Trilhas de *Sherpas* e de Finanças do G20.



Ministro Fernando Haddad recebe Presidente designado da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago. SAIN acompanha. Brasília, MF, janeiro de 2025 — Diogo Zacarias.

O papel dos bancos de desenvolvimento e das plataformas de país (*country platforms*) na arquitetura climática internacional emergiu nesses anos como central, tendo o modelo brasileiro como referência em diversos aspectos. Internamente, a agenda envolveu coordenação interna estreita com ministérios instrumentais para a transição energética e a descarbonização, o que resultou no lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP, na sigla em inglês), presidida pela SAIN em comitê conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME) e MDIC, tendo um secretariado independente sediado no BNDES.

Na sequência do trabalho realizado pelo MF no G20, a Presidência da COP30 convidou o Ministro Fernando Haddad para liderar o Círculo de Ministros das Finanças para a COP30, com o objetivo de contribuir diretamente para a mobilização e engajamento internacional com vistas ao Mapa do Caminho Baku-Belém para US\$ 1,3 trilhão. O trabalho inédito foi coordenado pela SAIN e envolveu mais de 35 ministérios das finanças, organizações internacionais, e parcerias com a academia, o setor privado e a sociedade civil, tendo resultado em relatório que consolida uma agenda de prioridades na área financeira para a mobilização de recursos para os países em desenvolvimento. O legado do Brasil nessa área inclui ainda a criação de um hub de plataformas de país, que visa a fomentar troca de experiências e a cooperação Sul-Sul para o financiamento sustentável e climático.

A coordenação dos trabalhos da Trilha Financeira do G20, em 2024, e do BRICS, em 2025, foi centralizada na SUFIC, embora todas as subsecretarias e suas equipes tenham coordenado grupos específicos. Ela envolveu a montagem da equipe e a realização de parcerias externas com vistas a viabilizar o vultoso trabalho ao longo dos doze meses das presidências. A elaboração e desenvolvimento da agenda da Trilha Financeira, em consonância com os temas gerais da presidência brasileira, foi realizada pela equipe da SAIN e do BCB, e envolveu centenas de documentos e reuniões, além da solicitação de relatórios aos parceiros do G20, sobretudo organizações internacionais.

A presidência brasileira do G20 foi amplamente reconhecida pela capacidade de gerar consensos e por trazer para o centro da agenda multilateral global temas como o combate à fome, à pobreza e às desigualdades, mudança do clima e transição energética, e a reforma da governança global. A Trilha de Finanças, em particular, teve papel instrumental em pautar a discussão sobre desigualdades, em todos os seus aspectos, no centro do principal foro de cooperação econômica internacional. Além dos impactos das desigualdades sobre o crescimento econômico, a questão da justiça tributária foi elevada a tema central e resultou em declaração inédita do G20 sobre cooperação em matéria tributária internacional. Internamente, esse tema ganhou espaço na Secretaria e conta com uma área dedicada a acompanhar, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Tributação Internacional.

A reforma da governança foi abordada na Trilha Financeira do G20 sobretudo com enfoque sobre ampliação da voz e representação dos países emergentes e em desenvolvimento nas instituições financeiras internacionais. Isso se deu ao tempo em que o Brasil havia assumido posição proeminente no Conselho de Diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo realinhamento de quotas na 16ª revisão geral em favor dos países de mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs, na sigla em inglês), o que acabou não ocorrendo. O Mapa do Caminho do G20 para os Bancos Multilaterais Melhores, Maiores e Mais Eficazes, aprovado por consenso durante a presidência brasileira do G20, consolidou, pela primeira vez, uma agenda estratégica de reformas do G20 para os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs, na sigla em inglês), incluindo questões operacionais, financeiras e de impacto. Desenvolvido sob a coordenação da SAIN/SUFIN, foi elaborado a partir de amplo processo de consultas com os membros, envolvendo também especialistas e os MDBs, e tendo como base as discussões iniciadas em outras presidências, notadamente a indiana.

O acompanhamento dos bancos multilaterais globais, cuja governança é de responsabilidade da SAIN (Grupo Banco Mundial, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)), também foi objeto de atenção especial. De forma geral, essas instituições têm grande interesse e portfólios crescentes no País, reconhecido como importante fonte de soluções para o desenvolvimento. Além disso, os bancos multilaterais foram parceiros cruciais em iniciativas nas presidências do G20, BRICS e COP30.

Destaque-se o apoio do Banco Mundial à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa brasileira apresentada durante sua presidência do G20, mas também para o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês).

No AIIIB, o Brasil teve participação ativa e passou a ocupar a diretoria alterna da cadeira que representa o País, além de negociar os primeiros projetos soberanos. No NDB, o Brasil busca ter participação ativa e construtiva em apoio ao fortalecimento da instituição e à sua expansão, com importantes projetos aprovados ao longo do período, além de uma participação inédita do banco em iniciativas concretas da Trilha de Finanças do BRICS a partir da presidência brasileira, em 2025.

Ao longo de 2025, na presidência da Trilha Financeira do BRICS, em conjunto com o BCB, o MF buscou ecoar as propostas gerais da presidência do BRICS, incluído a facilitação de comércio e investimentos, integração dos mercados de capitais, as reformas da governança, o combate às mudanças climáticas e, de forma geral, o reforço ao multilateralismo, inclusive mediante a integração dos novos membros, que participaram pela primeira vez nos trabalhos do grupo durante a presidência brasileira. Logrou-se aprovar vários documentos de consenso importantes, incluindo na área de reforma do FMI, financiamento climático, cooperação tributária e em resseguros, entre outros.

O diálogo com a sociedade civil ganhou destaque, tanto na presidência do G20 quanto do BRICS, processo que foi conduzido de forma inédita por uma equipe dedicada da SAIN, abrindo canais importantes de comunicação e trocas com a academia e organizações nacionais e internacionais.

A recriação e estruturação do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE) exigiu grande empenho, vez que o Comitê não estava inicialmente previsto nas competências e não havia equipe dedicada. Hoje, a área conta com equipe especializada, que acompanha os processos de recuperação de créditos bilaterais junto aos devedores e participa ativamente dos diálogos nos planos estratégico e operacional no Clube de Paris e demais organizações ou grupos dedicados ao tema, como, por exemplo, no âmbito do G20 e do *Global Sovereign Debt Roundtable* (GSDR). A experiência acumulada permitiu que, em 2025, a SAIN, como Secretaria-Executiva do COMACE, propusesse revisões da legislação aplicável, para torná-la mais ágil e eficaz, além de atualizada aos padrões de renegociação de dívidas. Também de forma inédita, a SAIN passou a publicar na Internet um relatório com as atividades do Comitê.

Bilateralmente, houve avanços importantes nos mecanismos de diálogo com a China, a União Europeia, a França, os Estados Unidos, a Indonésia e a Coreia, entre outros. Nesses casos, os diálogos econômicos são conduzidos em nível de secretário da SAIN e contribuem para o aprofundamento das relações bilaterais com vistas a trocar experiências e potencialmente alinhar posições multilaterais e desenvolver iniciativas bilaterais com esses parceiros-chaves.

Destaque-se a revitalização do Fundo Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva para o Desenvolvimento Sustentável, a partir da criação de um mecanismo operacional em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a agência responsável no Brasil. Também como resultado direto do diálogo bilateral impulsionado pela SAIN, houve o estabelecimento de mecanismos mútuos para investimentos em mercados de capitais, via *Exchange Traded-Funds* (ETFs), e o impulso entre reguladores da área finan-

ceira e de seguro, além da criação do Fórum de Cooperação Financeira Brasil-China, evento anual com a participação do setor privado, no âmbito da Subcomissão Econômico-Financeira da Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação Brasil-China (COSBAN).

Além dos diálogos, em conjunto com o Gabinete do Ministro, a SAIN ofereceu apoio e assessoria contínua para a participação do Ministro da Fazenda em eventos e viagens internacionais, bilaterais ou multilaterais, incluindo Davos, reuniões do FMI e do Banco Mundial, BRICS, diálogo com o G7.

A área de acompanhamento macroeconômico e de políticas comerciais logrou se estruturar e fortalecer ao longo do período em que houve crescente participação do Brasil em acordos comerciais, demandando maior atenção dos ministérios envolvidos, inclusive do MF. Além da assinatura dos acordos do Mercosul com a União Europeia, EFTA e Singapura, vários outros estão em negociação.

Na área macroeconômica, a SAIN/SUMAC lançou o *Brazil Macro Monitor*, que traz estatísticas e análises mensais, em inglês, sobre a economia brasileira, oferecendo fonte importante de referência para parceiros e o público externo. Esse acompanhamento também reforça a atuação da Subsecretaria no G20 e no Mercosul, em que propôs e conduziu estudo sobre os riscos macroeconômicos externos de países do bloco.

Em suma, nesses três anos, a SAIN foi profundamente reestruturada para desempenhar um papel importante no debate econômico-financeiro internacional, contribuindo para que o Brasil assumisse posição de protagonismo em temas de alta relevância para a agenda do País no cenário internacional. Após esse período intenso da agenda internacional, o Brasil consolidou sua referência no debate econômico-financeiro, reforçando alianças amplas e liderando, em muitas instâncias, o posicionamento de países de economia emergente e em desenvolvimento.

Nas próximas páginas, o relatório abordará, de forma estruturada, os principais temas tratados pela SAIN no período em tela e seus resultados. O Anexo I apresenta o organograma da SAIN em fevereiro de 2026. O Anexo II contém a lista de todos os colaboradores que estiveram na equipe da SAIN no período, sem a dedicação e o empenho dos quais não teria sido possível alcançar todos os resultados aqui descritos.

I. NOVA ESTRUTURA E GESTÃO DA SAIN

1. Subsecretarias e criação da área de finanças sustentáveis e COMACE

O Decreto nº 11.344/2023 reintegrou a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) ao Ministério da Fazenda e definiu sua estrutura e competências, as quais são desenvolvidas especificamente por três Subsecretarias: a Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica (SUFIC), a Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável (SUFIN) e a Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e Políticas Comerciais (SUMAC).

A atribuição de “coordenar a participação do Ministério em iniciativas de financiamento e em negociações econômicas internacionais relacionadas com desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança do clima” foi definida em razão da estratégia do Governo de considerar fatores ambientais, sociais e de governança na tomada de decisões relacionadas à política econômica e de investimento. O estabelecimento dessa atribuição culminou com a criação da Coordenação-Geral de Finanças Sustentáveis (CGFS), que foi incorporada à estrutura da SUFIN, reforçando, assim, a atuação na área de financiamento do desenvolvimento sustentável e de fundos climáticos.

A competência de “definir a estratégia e coordenar as negociações relativas à recuperação de créditos brasileiros no exterior oriundos de financiamentos concedidos a devedores públicos” foi estabelecida em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 9.965/98, in verbis: “compete ao Ministro de Estado da Fazenda firmar os contratos resultantes de renegociação de crédito externo da União, abrangidos ou não pelo art. 1º, podendo ele delegar a referida competência ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradores da Fazenda Nacional ou a representantes diplomáticos do País.”

Esse mandamento legal exigiu a recriação e estruturação do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE), cuja Secretaria-Executiva passou a ser exercida pela SAIN. Em vista disso, a revisão promovida no Decreto nº 11.344/2023, por meio do Decreto nº 11.907/2024, inseriu essa nova atribuição àquelas já estabelecidas para a SAIN, culminando com a criação da Coordenação-Geral de Avaliação e Recuperação de Créditos ao Exterior (CGAR), vinculada à SUFIC.



54ª Reunião Ordinária do COMACE, com representantes da SAIN, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Brasília, 25 de maio de 2025 — Arquivo pessoal da SAIN.

2. Decreto dos cargos e funções temporários para o G20/BRICS/COP30

Em dezembro de 2023, com a assunção pelo Brasil da presidência do G20, a SAIN ficou incumbida da coordenação da Trilha de Finanças do G20. Isso incluiu coordenar a participação do Governo brasileiro nos debates econômicos e financeiros com Estados estrangeiros e com organizações internacionais membros do Grupo dos 20. A SAIN teve, também, que garantir a interlocução com organismos internacionais e grupos de engajamento. Foi necessário, ainda, apoiar as atividades da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização e Logística, coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores. Para tanto, foram disponibilizados ao MF, até 16/12/2024, especificamente à SAIN, por meio do Decreto nº 11.703/2023, 24 (vinte e quatro) Cargos Comissionados Executivos (CCEs) e Funções Comissionadas Executivas (FCEs) temporárias, imprescindíveis ao desempenho dessas funções. Com isso, a força de trabalho da SAIN passou a ser de 88 (oitenta e oito) colaboradores, incluídos 6 (seis) consultores do PNUD, 1 (um) do FMI, 2 (dois) do Banco Mundial e 1 (um) do BID.

Em janeiro de 2025, a SAIN assumiu a coordenação do pilar financeiro da presidência brasileira do BRICS. Para cumprir esse papel, foi necessário alterar o Decreto nº 11.703/2023, para prorrogar, até 16 de dezembro de 2025, a disponibilização de 19 (dezenove) dos 24 (vinte e quatro) cargos e funções temporários ali definidos.

Com a presidência brasileira da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas — COP30, que teve início em novembro de 2025 e se estenderá por um (1) ano, a SAIN passou a ter participação intensa no evento, mediante a condução do Círculo de

Ministros de Finanças e a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e de fundos climáticos, bem como temas referentes a questões financeiras, tributárias e comerciais relacionadas ao desafio climático e aderentes às políticas internas de finanças sustentáveis e de transformação ecológica. Em vista disso, por meio da alteração promovida no Decreto nº 11.703/2023 e pelo Decreto nº 12.778/2025, foi prorrogada, até 30 de setembro de 2026, a disponibilidade de 8 (oito) dos 19 (dezenove) cargos temporários do pilar financeiro do BRICS.

O organograma constante do Anexo II possibilita visualizar a atual estrutura da SAIN, bem como situar os cargos temporários que ainda estão à disposição da Secretaria, nas respectivas subsecretarias.

Hoje, a força de trabalho da SAIN conta com 57 colaboradores, sendo 8 deles ocupantes de cargos e funções temporários.

3. Parcerias externas

Além dos cargos e funções temporários, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) contou, para o desempenho de suas atribuições relacionadas à coordenação da Trilha de Finanças do G20 e do BRICS e do Círculo de Ministros da COP30, com a valiosa contribuição de colaboradores do Banco Mundial e do FMI (*secondees*) e de consultores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Projeto de Cooperação BRA/23/020 (PRODOC).

O PRODOC foi firmado no início de 2024 entre o Ministério da Fazenda, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o PNUD, com o objetivo de fortalecer a capacidade de execução do governo brasileiro, garantindo a estruturação da presidência do Brasil no G20, em especial quanto aos assuntos da Trilha de Finanças, bem como sua operacionalização nos aspectos logísticos e substantivos.

Em 2025, o projeto passou por revisão para ampliar seu escopo, incluindo apoio à presidência brasileira do BRICS e à COP30, desempenhando papel relevante para o desfecho positivo desses eventos. O projeto tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

4. Diversidade e criação de área para diálogo com a sociedade civil

No contexto da preparação para as presidências brasileiras do G20 (2024) e do BRICS (2025), o Ministério da Fazenda criou, de forma inédita, uma área dedicada ao diálogo estruturado com a sociedade civil. A iniciativa buscou institucionalizar canais permanentes de escuta, promovendo maior transparência da atuação internacional e aproximando os debates técnico-financeiros das dimensões sociais, distributivas e ambientais. Houve atenção à diversidade de gênero, regional e racial na composição das equipes e nos espaços de interlocução.

Durante a presidência brasileira do G20, foi criada a iniciativa “G20 Social na Trilha de Finanças”. No âmbito do BRICS, estabelecemos um canal de diálogo específico com a sociedade civil sobre a agenda econômico-financeira. Ambas as iniciativas foram desenvolvidas com apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ambas as experiências foram sistematizadas em relatórios específicos.

O programa estruturou diálogos abrangentes sobre desigualdades e justiça tributária internacional, financiamento ao desenvolvimento e à transição ecológica, reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, dívida soberana e igualdade de gênero nas políticas macroeconômicas. Essas ações reforçaram a centralidade do debate sobre desigualdade e ampliaram a legitimidade das propostas relativas à reforma da governança financeira internacional.

Na presidência brasileira do BRICS, a experiência com a sociedade civil foi aprofundada por meio de audiências com academia, organizações não governamentais e movimentos sociais, fortalecendo o pilar “*People-to-People*” na Trilha de Finanças. Os debates concentraram-se em cooperação Sul-Sul, reforma do FMI, financiamento climático e instrumentos inovadores de mobilização de recursos.

O diálogo estruturado durante o BRICS consolidou a ênfase do bloco na representatividade das economias emergentes, no fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento e na construção de soluções pragmáticas para o financiamento sustentável. A atuação brasileira demonstrou a relevância de integrar perspectivas sociais e acadêmicas à formulação de políticas financeiras multilaterais.

Essas iniciativas marcaram uma inovação na atuação internacional do Brasil, criando modelos de participação social nos fóruns multilaterais que podem servir de referência para futuras presidências, garantindo maior inclusão, transparência e diversidade nos processos de decisão do G20 e do BRICS.

5. Planejamento estratégico do Ministério da Fazenda

A SAIN participou ativamente do Ciclo de Planejamento Estratégico Institucional 2023-2027 do Ministério da Fazenda. Foram diversos encontros e discussões, que culminaram com a definição da cadeia de valor integrada e do mapa estratégico, englobando a definição da missão, da visão e dos objetivos estratégicos do Ministério para o período.

No Planejamento Estratégico Institucional, a SAIN responde pela promoção de ações com vistas ao alcance do objetivo estratégico de “Inserção do Estado Brasileiro no Cenário Internacional e fortalecimento do Comércio Exterior”. Para tanto, desenvolve diversas atividades relacionadas a “representar o País em fóruns e organismos econômicos e financeiros regionais e multilaterais, conduzir diálogos e negociações internacionais e auxiliar na formulação de políticas com vistas à mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável e transição ecológica e à promoção do papel dos países em desenvolvimento na governança global”.

As principais iniciativas desenvolvidas e os resultados alcançados pela Secretária ao longo desses três últimos anos estarão evidenciados nos tópicos seguintes.

6. Representação ministerial em missões oficiais

No período em referência, a Secretária realizou 38 missões internacionais e 29 missões nacionais, no âmbito de suas atribuições institucionais, relacionadas à condução da agenda econômica internacional do Ministério da Fazenda.

No conjunto dessas missões internacionais, a Secretária representou o Ministro da Fazenda em 35 reuniões internacionais de nível ministerial ou equivalente, conforme detalhado a seguir:

- 16 reuniões ministeriais no contexto das Reuniões de Primavera e Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial, incluindo reuniões de Comitês e encontros ministeriais correlatos;
- 4 reuniões ministeriais no âmbito da Trilha de Finanças do G20, incluindo reuniões de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais;
- 4 reuniões ministeriais no âmbito do G24;
- 3 reuniões ministeriais vinculadas a coalizões e iniciativas internacionais de finanças climáticas;
- 1 reunião ministerial a convite da trilha de finanças do G7, realizada na Itália, com participação em encontro de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais;
- 3 reuniões de Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do Mercosul e 2 participações nas Reuniões dos Chefes de Estado do MERCOSUL,
- 2 encontros de alto nível no âmbito de fóruns ampliados de coordenação macroeconômica internacional, incluindo diálogo com economias avançadas.

As demais missões internacionais e nacionais envolveram participação em reuniões técnicas, agendas bilaterais, compromissos institucionais e atividades preparatórias vinculadas às prioridades estratégicas do Ministério da Fazenda.



Participação da Embaixadora Tatiana Rosito como Chefe de Delegação do Ministério da Fazenda nas reuniões de Primavera do FMI. Washington, abril de 2025 — South China Morning Post, 25 de abril de 2025.

II. COOPERAÇÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA INTERNACIONAL (SUFIC)

A Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica (SUFIN) passou por processo de reestruturação com o objetivo de fortalecer sua capacidade de planejar e coordenar o relacionamento econômico-financeiro internacional do Ministério da Fazenda, tanto em suas dimensões bilaterais quanto multilaterais. Essa reorganização buscou assegurar plena convergência com as diretrizes de política externa e econômica da atual gestão, com ênfase na projeção renovada da imagem do Brasil como ator relevante, responsável e propositivo no cenário internacional.

No âmbito desse aprimoramento institucional, foram instituídas duas novas áreas estratégicas, voltadas a atender demandas crescentes e prioritárias: cooperação tributária internacional e avaliação e recuperação de créditos à exportação. Ambas têm como propósito fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de promover e defender os interesses econômicos nacionais em um ambiente internacional cada vez mais complexo e interdependente.

Ao longo do período, parcela significativa dos esforços da Subsecretaria concentrou-se na preparação e condução das presidências de turno do G20, em 2024, e do BRICS, em 2025. Tal atuação foi viabilizada por meio de parcerias institucionais e da constituição de equipe dedicada à definição de prioridades e à coordenação da Trilha de Finanças em ambos os mecanismos, assegurando coerência estratégica e elevado nível técnico às contribuições brasileiras.

Adicionalmente, a SUFIN aprofundou seu engajamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), reforçando o diálogo técnico e estratégico, e intensificou o acompanhamento dos desdobramentos econômicos no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), contribuindo para a consolidação de posicionamentos alinhados aos interesses do País e às melhores práticas internacionais.

1. Multilateral

a. G20



Equipe G20 Brasil — Terceira Reunião de Ministros de Finanças de Presidentes de Bancos Centrais, julho de 2024 — Diogo Zacarias

O Ministério da Fazenda exerceu papel central na representação do Brasil na Trilha de Finanças do G20, com participação ativa nas reuniões ministeriais e nos principais grupos de trabalho técnicos.

Nos últimos ciclos, o Brasil manteve presença qualificada nas presidências da Índia (2023) e da África do Sul (2025), consolidando sua atuação técnica e diplomática. Destacou-se, contudo, a presidência brasileira do G20, em 2024, período em que o País assumiu a coordenação dos trabalhos e imprimiu orientação estratégica própria à agenda financeira internacional.

Durante sua presidência, o Brasil promoveu uma visão de renovação da globalização, fundamentada na cooperação internacional como instrumento para enfrentar desafios sociais e ambientais persistentes. As prioridades estabelecidas incluíram o combate à fome e à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e o avanço na reforma da governança global, com especial atenção ao fortalecimento das instituições financeiras internacionais.

Na condução dos trabalhos, buscou-se preservar e aprofundar avanços anteriores, inclusive o legado da presidência indiana, ao mesmo tempo em que se estruturaram agendas inovadoras e inclusivas. O processo foi marcado pelo diálogo construtivo entre os membros do G20, bem como pela interlocução com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil, de modo a conferir robustez técnica e legitimidade às propostas apresentadas.

Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima

A Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT-CLIMA), iniciativa pioneira da Presidência Brasileira do G20, integrou as Trilhas de Finanças e de Sherpas com o objetivo de impulsionar ações estruturais na economia e no sistema financeiro. Seus trabalhos concentraram-se em dois eixos: “Redefinindo Ação” (projetos e planos nacionais de transição) e “Redefinindo Financiamento” (alinhamento do setor financeiro ao Acordo de Paris).

Em outubro de 2024, a Força-Tarefa reuniu Ministros da Fazenda, do Clima, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, além de Presidentes de Bancos Centrais, resultando em declaração política com compromissos relativos à adaptação, mitigação e financiamento climático, bem como na adoção de princípios voluntários para o planejamento de transição e para plataformas nacionais de investimentos climáticos. Os documentos aprovados por consenso reforçam o compromisso com planejamento nacional robusto, liderado pelos países, em sinergia com o desenvolvimento sustentável e com a erradicação da pobreza e da fome.

Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde

A Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (JFHTF) teve seu escopo ampliado pela Presidência Brasileira do G20 com vistas à mobilização de investimentos no setor de saúde, em apoio ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 e ao fortalecimento de sistemas de saúde resilientes.

As prioridades definidas foram: (i) Determinantes Sociais da Saúde (DSS); (ii) Mecanismo de Dívida pela Saúde (*Debt-for-Health* — DfH); e (iii) Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPR). Como principais entregas, destacam-se: uma *Policy Note* sobre DSS; uma Nota da Presidência sobre DfH; um Relatório Global sobre Vulnerabilidades de Saúde, Sociais e Econômicas Relacionadas a Pandemias; e um Manual Operacional para o financiamento de respostas a pandemias.

Tributação Internacional

A Presidência Brasileira do G20 conferiu novo impulso à agenda de tributação internacional, elevando-a à condição de fluxo de trabalho específico na Trilha de Finanças. As prioridades contemplaram: (i) estratégias fiscais para redução da desigualdade; (ii) continuidade dos trabalhos relativos aos Dois Pilares do BEPS; (iii) fortalecimento da transparência fiscal; e (iv) estudo de incentivos fiscais.

Entre os avanços alcançados, destaca-se a proposta de tributação dos super-ricos, fundamentada em estudos apresentados pelo Professor Gabriel Zucman. As discussões culminaram na aprovação da Declaração Ministerial do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional, em julho de 2024, inaugurando novo momento de diálogo em prol de sistemas tributários mais justos. O Brasil coordenou, ainda, a participação nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UN-FCITC), com vistas à aprovação de protocolo inicial sobre os super-ricos, mantendo engajamento contínuo no período 2025–2027.

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

O Brasil liderou as discussões sobre a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), com o objetivo de torná-los mais eficazes e mais bem preparados para responder a desafios globais, em continuidade com a prioridade estabelecida anteriormente pela Presidência indiana do G20. Durante sua presidência, o Brasil liderou amplo processo de consultas com os membros do G20, os próprios BMDs e especialistas, com vistas a consolidar agenda estratégica ampla do G20 para os BMDs.

O principal resultado foi a construção e aprovação do “Roteiro do G20 para BMDs Melhores, Maiores e Mais Eficazes”. Estruturado em três pilares, o Roteiro propõe que os BMDs atuem como sistema interconectado, ampliando recursos e enfrentando desafios de desenvolvimento de forma integrada. Os pilares abrangem: BMDs Melhores (expansão de plataformas lideradas por países e simplificação de políticas operacionais); BMDs Maiores (expansão da capacidade de financiamento e implementação do *Capital Adequacy Framework* — CAF); e BMDs Mais Eficazes (ampliação da voz dos países em desenvolvimento, aprimoramento da governança e da mensuração de impacto). O Brasil mantém compromisso com a implementação do Roteiro, com monitoramento contínuo pelo IFAWG.

Financiamento Climático

Sob liderança brasileira, o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG) concentrou-se na otimização de fundos climáticos, na elaboração de planos de transição críveis, na ampliação de relatórios de sustentabilidade para pequenas e médias empresas (PMEs) e no financiamento de soluções baseadas na natureza (SbN).

Relatório de especialistas de alto nível identificou gargalos e apresentou mais de 50 recomendações para mobilização de recursos. Foram endossados sete Princípios de Alto Nível para o setor privado, com o objetivo de orientar planos de transição robustos e justos, com foco na descarbonização e em transições inclusivas.

No campo das SbN, foram mapeadas barreiras e recomendados instrumentos como *blended finance*, pequenos subsídios, mercados de carbono, créditos de biodiversidade e swaps de dívida por natureza, além do fortalecimento de práticas de mensuração e avaliação de impacto na conservação da biodiversidade e no enfrentamento da mudança do clima. Como compromisso futuro, destaca-se a promoção da adoção dos Princípios de Alto Nível pelo setor privado e o estímulo ao desenvolvimento de regulamentações nacionais que apoiem planos de transição sólidos e padronizados.

Infraestrutura

O Grupo de Trabalho de Infraestrutura (IWG) discutiu estratégias para ampliar investimentos em infraestrutura, considerados essenciais para a transição climática e para a redução das desigualdades.

Sob liderança brasileira, o IWG produziu quatro relatórios: (i) “Financiamento e Investimentos em Infraestrutura Resiliente ao Clima”, sobre lacunas de investimento e resiliência climática; (ii) “Infraestrutura e Redução da Pobreza”, que destaca a infraestrutura como vetor de crescimento e inclusão social; (iii) “Mitigando o Risco Cambial em Projetos de Infraestrutura”, com análise de estratégias para redução da volatilidade cambial; e (iv) “Investimentos em Infraestrutura Transfronteiriça”, voltado aos desafios e oportunidades da integração regional.

O IWG também organizou eventos públicos com especialistas. Os relatórios oferecem base metodológica para o aprimoramento do financiamento da infraestrutura, com potencial de impactos de longo prazo sobre o desenvolvimento sustentável.

Dívida

A Presidência Brasileira do G20 tratou a resolução dos problemas de dívida pública como elemento central para a redução da pobreza e da desigualdade, sobretudo nos países mais vulneráveis, reconhecendo o contexto de fragmentação global e a necessidade de soluções coordenadas.

Foi alcançado consenso inédito entre os membros do G20 em documento voltado a acelerar a reestruturação da dívida dos países mais pobres. Além disso, foram introduzidas análises sobre a relação entre trocas de dívida (*debt swaps*) e investimentos para o desenvolvimento, bem como realizados eventos que destacaram perspectivas africanas sobre financiamento e endividamento. As discussões ampliaram o debate sobre dívida, incorporando visões complementares às abordagens tradicionais das instituições de Bretton Woods. A liderança brasileira foi reconhecida pelo equilíbrio e pragmatismo, com atuação imparcial junto a membros com posições divergentes e ênfase na centralidade do desenvolvimento.



Reunião do Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional na presidência brasileira do G20. Da esquerda para a direita: Subsecretário Ivan Oliveira (SUFIN/SAIN), Diretor Marcelo Aragão (DERIN/BCB), Embaixadora Tatiana Rosito (SAIN), Subsecretário Antonio Freitas (SUFIC/SAIN). Fortaleza, junho de 2024 — Arquivo pessoal da SAIN.

Inclusão Financeira

Sob a Presidência Brasileira do G20, a Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI) reafirmou a inclusão financeira como pilar do desenvolvimento econômico e social e da redução das desigualdades. A iniciativa busca fortalecer a capacidade financeira de famílias e pequenas empresas, promovendo crescimento sustentável e contribuindo para pelo menos sete dos 17 ODS.

Embora avanços tecnológicos e inovações financeiras tenham ampliado o acesso e o uso de serviços financeiros, destacou-se a necessidade de evolução da agenda global para priorizar a qualidade da inclusão financeira e seu impacto no bem-estar financeiro. Reconheceu-se que o acesso, na ausência de políticas adequadas, pode gerar vulnerabilidades. Nesse contexto, o GPFI desenvolveu conceito consensual de bem-estar financeiro e identificou opções para assegurar que o acesso e o uso de serviços financeiros contribuam efetivamente para a melhoria das condições de vida da população, promovendo desenvolvimento inclusivo.

G20 Social

O G20 Social constituiu inovação da Presidência Brasileira com o objetivo de fortalecer a participação da sociedade civil nos debates e processos decisórios do G20. O Ministério da Fazenda estabeleceu equipe dedicada a facilitar o diálogo entre a sociedade civil e a Trilha de Finanças, com participação em Grupos de Engajamento (GEs) e organização de reuniões temáticas.

Em 2024, foram reconhecidos oficialmente 13 GEs, além de grupos paralelos, como o F20 (Favelas). Destaca-se a realização das Sessões do G20 Social durante as Reuniões Oficiais das Trilhas, em julho de 2024, ocasião em que representantes da sociedade civil dialogaram diretamente com negociadores da Trilha de Finanças. Foram promovidos 12 debates com a sociedade civil brasileira e internacional sobre temas prioritários, culminando em documentos como as “Recomendações da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional”. A iniciativa evidenciou o potencial da participação social para ampliar a transparência e a legitimidade dos fóruns internacionais, deixando legado relevante para futuras presidências do G20.

Conclusão

A Presidência Brasileira do G20 em 2024, no âmbito da Trilha de Finanças, evidenciou compromisso consistente com uma globalização mais justa, inclusiva e sustentável. Os resultados alcançados — do financiamento climático à reforma dos BMDs, da tributação internacional à inclusão financeira — refletem esforço coordenado para enfrentar desafios globais complexos.

Com ênfase na cooperação, no diálogo e na busca de soluções inovadoras, o Brasil consolidou, ao longo de sua presidência, legado significativo em favor de um futuro mais equitativo e resiliente.

b. BRICS

No ciclo recente do BRICS, o Brasil participou de forma ativa das presidências da África do Sul (2023) e da Rússia (2024), contribuindo para o aprofundamento das discussões econômico-financeiras e para o fortalecimento da coordenação entre os países membros. Nesse período, o Brasil assumiu papel central na definição de prioridades, na condução dos trabalhos técnicos e na articulação de consensos entre os membros.

Em 2025, o Brasil presidiu o mecanismo, ocasião em que estruturou a agenda em seis eixos prioritários, refletindo os desafios contemporâneos da economia internacional e as prioridades estratégicas dos países do bloco.



Equipes do Ministério da Fazenda e do Banco Central durante a 1ª reunião do FMCBG. Rio de Janeiro, julho de 2025 — Diogo Zacarias.

Facilitação de comércio e investimentos e interoperabilidade financeira

A presidência brasileira promoveu avanços concretos na integração financeira intra-BRICS, com destaque para a *BRICS Payments Task Force* (BPTF), coordenada pelo BCB, que realizou três reuniões técnicas e apresentou o relatório *BRICS Cross-border Payments System*. O documento consolida as preferências reveladas dos membros e estabelece bases para pagamentos transfronteiriços mais rápidos, acessíveis, eficientes, transparentes e seguros, contribuindo para a ampliação do comércio e dos fluxos de investimento entre os países do bloco.

No campo de seguros e resseguros, foi realizado seminário sobre o panorama global do setor e instituída força-tarefa destinada a explorar formas práticas de cooperação para ampliar a capacidade de (res)seguro entre os membros.

No que se refere à proposta de uma Nova Plataforma de Investimentos (*New Investment Platform* — NIP), foram aprovadas diretrizes de escopo e implementação, consolidando entendimento comum e estabelecendo estrutura de transição, com abordagem faseada, para a presidência indiana.

Reforma do sistema monetário e financeiro internacional e fortalecimento do NDB e do CRA

No Arranjo Contingente de Reservas (CRA), sob liderança do BCB, o grupo alcançou consenso sobre proposta de revisão do Tratado e de seus regulamentos, submetida aos membros para apreciação interna. Realizou-se, ainda, o 8º teste do mecanismo e avançou-se na discussão sobre a integração de novos membros.

Foi publicado o *BRICS Economic Bulletin 2025*, resultado do trabalho dos BCs, com análise sobre o impacto de fatores globais de risco nos fluxos de capitais dos países do bloco.

Na Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (Rio de Janeiro, 5 de julho), foram aprovadas três declarações centrais: a Declaração Ministerial Conjunta; a Declaração em apoio à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional; e a Declaração sobre a Revisão de Cotas do FMI, que reafirma a necessidade de maior representatividade das economias emergentes e em desenvolvimento na arquitetura financeira internacional.

Financiamento climático e transformação ecológica

A presidência brasileira impulsionou agenda estruturada de financiamento climático, incluindo a aprovação das diretrizes das Garantias Multilaterais do BRICS (*BRICS Multilateral Guarantees* — BMG), incubadas no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), com o objetivo de atrair capital privado, reduzir riscos de projetos e fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Foram promovidos diálogos sobre interoperabilidade de mercados de carbono, harmonização de taxonomias sustentáveis e instrumentos estratégicos de garantia. Elaborou-se, ainda, Nota Técnica sobre financiamento climático, apresentada na reunião de Vice-Ministros, com recomendações para a continuidade da cooperação.

A Declaração Ministerial destacou a relevância da COP30 e o papel dos Ministérios da Fazenda e dos Bancos Centrais na mobilização de recursos, inclusive no contexto do roteiro Baku–Belém para alcançar US\$ 1,3 trilhão.

Cooperação intra-BRICS em PPPs, tributação e aduanas

A Força-Tarefa sobre Parcerias Público-Privadas e Infraestrutura realizou reuniões virtuais e presencial, nas quais foram debatidos temas como mitigação de riscos cambiais, preparação de projetos resilientes ao clima e mecanismos de compartilhamento de informações, com vistas a ampliar a prontidão de projetos e atrair investimento privado.

Na agenda de cooperação tributária internacional, foram realizadas duas reuniões técnicas e emitida Declaração Conjunta em apoio à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, reafirmando o compromisso com maior coordenação global, progressividade tributária, mobilização de receitas domésticas e combate à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos.

Também foram previstos desdobramentos na cooperação entre autoridades tributárias e aduaneiras do bloco.

Governança regulatória, inovação tecnológica e cibersegurança

No âmbito do BRICS *Rapid Information Security Channel* (BRISC), foram realizadas, sob coordenação do BCB, reuniões técnicas para atualização de materiais sobre legislação e supervisão, elaboração de catálogo de cursos em cibersegurança e compilação de compêndio

sobre avaliação de riscos cibernéticos. Foi conduzido exercício conjunto (*cyberdrill*), com a participação do Banco Central do Brasil como observador.

O *Innovation Hub* promoveu, sob coordenação do BCB, cooperação em inovação financeira e inteligência artificial, com a elaboração de relatório sobre governança e regulação de IA no setor financeiro e a realização de seminário técnico sobre aplicações de IA em operações de bancos centrais.

Diálogo com think tanks e sociedade civil

A presidência brasileira fortaleceu o Pilar *People-to-People* (P2P), com a realização de sete reuniões virtuais e três presenciais, incluindo o Seminário Internacional “BRICS: Transformative Force” e sessão conjunta com conselhos e fóruns da sociedade civil.

A iniciativa ampliou o diálogo entre governos, especialistas e sociedade civil sobre a agenda econômico-financeira do bloco e consolidou o compromisso ministerial de fortalecimento da participação social no processo BRICS.

As entregas da presidência brasileira consolidaram avanços na integração financeira intra-BRICS, no fortalecimento de seus mecanismos próprios, na promoção do financiamento climático e na defesa de uma arquitetura financeira internacional mais representativa, inclusiva e orientada ao desenvolvimento sustentável.



Diálogo da Trilha Financeira com a Sociedade Civil sobre a Presidência Brasileira dos BRICS. Da esquerda para a direita: Luciana Servo, Presidente do IPEA; Embaixadora Tatiana Rosito; Subsecretária Julia Braga (SUMAC/SAIN); Uolli Briotto (PNUD/SAIN). Rio de Janeiro, março de 2025 — Arquivo pessoal.

Governança do FMI

Diante de um quadro complexo para o multilateralismo, a presidência brasileira do BRICS procurou construir uma visão de consenso com a nova membresia ampliada do BRICS em torno de pontos que poderiam nortear a atuação dos países em desenvolvimento nos debates sobre reforma de quotas e governança no FMI. A composição ampliada do BRICS não apenas a tornou mais diversa, como também mais representativa de diversas perspectivas sobre os temas-chave da agenda multilateral. Com base em um intenso trabalho de articulação e acomodação de posições, o BRICS aprovou um documento histórico em 2025, sob o título de *Visão do Rio de Janeiro do BRICS sobre Reforma de Quotas e Governança do FMI*, assinado pelos Ministros de Finanças dos países membros e endossado posteriormente pelas lideranças nacionais. Esse documento é uma referência importante para os países em desenvolvimento nas discussões em curso no Fundo para definição de princípios norteadores para reformas de quota e governança no FMI.

c. FMI

Durante o período de 2023-25, a SAIN construiu uma relação próxima de colaboração com o escritório do Diretor Executivo pelo Brasil no FMI para atuar numa agenda de defesa do multilateralismo e dos interesses dos países de mercado emergente e em desenvolvimento, assim como manter um relacionamento bilateral construtivo. O Ministro da Fazenda é o Governador do Brasil no FMI, e o Presidente do BCB o Governador Alternativo.

16ª Revisão Geral de Quotas

Ao longo do ano de 2023, o Brasil destacou-se como o país mais vocal em defesa do realinhamento de quotas no FMI, no âmbito da 16ª Revisão Geral de Quotas (GRQ, na sigla em inglês), defendendo posição de princípios que se tornou uma referência importante no debate. Infelizmente, a 16ª GRQ foi aprovada sem aumento na capacidade de empréstimo do Fundo (já que o aumento de quotas aprovado substituíria recursos que o Fundo poderia tomar emprestado dos membros por meio do NAB e dos acordos bilaterais de empréstimo) e sem qualquer realinhamento de quotas. A posição brasileira, contudo, foi mantida até o final do processo, contrária ao precedente de se aumentarem quotas sem qualquer tipo de realinhamento nas posições proporcionais dos países (o que iria favorecer os países em desenvolvimento). Apesar dessa posição firme, o Brasil implementou seus compromissos como membro e já deu o consentimento necessário para o que o aumento de quotas aprovado seja efetivado (o que ainda não ocorreu por falta de consentimento de membros representando pelo menos 85% do poder de voto).

25ª cadeira no Conselho Diretor para a África Subsaariana

O Brasil ajudou a construir o consenso para a criação de uma 25ª cadeira no Conselho Diretor do FMI para que a África Subsaariana tivesse um maior espaço para expressar suas posições e representar o interesse de seus países junto ao Fundo.

Contribuições financeiras ao FMI

O Brasil continua sendo um país credor junto ao FMI. Além de participar do *Plano de Transações Financeiras* (que fornece recursos de quotas para o Fundo emprestar aos membros), o Brasil empresta dinheiro ao Fundo por intermédio do NAB (Novos Arranjos para Empréstimos) e de um acordo bilateral de empréstimo. Ambos os instrumentos de empréstimo foram renovados nos últimos anos e a participação brasileira se dá por meio do BCB, que faz uma operação que altera apenas a composição do seu balanço sem gerar impactos fiscais ou sobre as reservas internacionais.

Relações bilaterais com o FMI

Em 2023, o Brasil retomou a consulta sob o Artigo IV do Fundo (mecanismo de *surveillance* dos membros pela instituição) que havia sido interrompida em 2022, por conta das eleições no País. A consulta do Artigo IV tem ocorrido todos esses anos, sem novas interrupções, inclusive no ano de 2026, com o ciclo já iniciado para conclusão em meados deste ano. Nesses processos de consulta, a SAIN articula os diferentes agentes do Ministério da Fazenda e de outros órgãos do governo federal para promover reuniões com a equipe do FMI, assegurando que as informações e análises cheguem ao corpo técnico do Fundo com fidedignidade, contribuindo para que o documento não cometa erros factuais ou interpretativos. Os relatórios de Artigo IV do Brasil para os anos de 2023 a 2025 já se encontram disponíveis para o público na página do FMI. No ano de 2025, deu-se início ao processo de avaliação do setor financeiro brasileiro pelo FMI e Banco Mundial, sob o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP, na sigla em inglês). Trata-se de um exercício que envolve equipes técnicas de diversos órgãos do governo federal (SAIN, STN, RFB, SPE, CVM, Susep, Coaf), além do BCB, que coordena o processo pelo lado do Brasil, por meio de extensos e detalhados questionários e centenas de reuniões. A avaliação está em curso e deve ser concluída a tempo de ser aprovada em meados deste ano.

d. OCDE

O relacionamento do Brasil com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é bastante intenso e profícuo, em razão da relevância da organização como foro de formulação e difusão de boas práticas em políticas públicas, especialmente nas áreas econômica, financeira e tributária.

Ao longo do triênio, as relações com a instituição receberam atenção considerável, tanto por ocasião da realização do Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil 2023 (*OECD Economic Survey: Brazil 2023*), quanto por sua participação ativa e integral no âmbito da Trilha de Finanças do G20 em 2024.

Em relação ao Relatório Econômico sobre o Brasil, o processo envolveu diálogo técnico aprofundado entre especialistas da OCDE e áreas do Ministério da Fazenda, abrangendo temas como consolidação fiscal, crescimento sustentável, produtividade, políticas sociais e transição ecológica. A atuação da SAIN foi fundamental para a organização das contribuições técnicas, a interlocução com a equipe da OCDE e a articulação interna, viabilizando a apresentação de diagnóstico abrangente da economia brasileira e de recomendações alinhadas aos desafios estruturais do País.

A SAIN também acompanha e coordena a participação do Ministério da Fazenda nos principais comitês e grupos de trabalho da OCDE dedicados a temas financeiros e tributários, contribuindo para o intercâmbio de experiências e para o fortalecimento das políticas públicas nacionais.

No âmbito tributário, destaca-se o engajamento nas discussões do *OECD/G20 Inclusive Framework on BEPS*, voltado ao enfrentamento da erosão da base tributária e da transferência de lucros. As negociações concentram-se, entre outros aspectos, na realocação de direitos de tributação para mercados consumidores, com ênfase na economia digital (Pilar 1), e na implementação de tributação mínima efetiva de 15% para grandes empresas multinacionais em cada jurisdição (Pilar 2), com o objetivo de mitigar práticas de planejamento tributário agressivo e evasão fiscal.

Adicionalmente, a SAIN representa o Ministério da Fazenda no Grupo de Trabalho Intermistrial (GTI) responsável pela coordenação dos temas relacionados à OCDE, contribuindo para a harmonização de posições governamentais e para o acompanhamento integrado da agenda junto à Organização.

e. CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constitui foro relevante de articulação política e de cooperação político-cultural que, nos últimos anos, tem avançado de forma consistente na consolidação de sua agenda econômica. No período de 2023 a 2026, esse movimento refletiu-se na consolidação do pilar econômico-financeiro, com a ampliação do escopo da cooperação para temas relacionados a economia, comércio e finanças.

A presidência de São Tomé e Príncipe (2023–2025) deu continuidade a esse pilar, com a realização de reuniões voltadas a temas como tratamento da dívida externa, apoio a pequenas e médias empresas e atração de investimentos. Nesse contexto, foi realizada a 1ª Reunião Técnica Tripartite da CPLP para Economia, Comércio e Finanças, com a participação da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A reunião examinou a Agenda Estratégica para Consolidação da Cooperação Econômica na CPLP 2022–2027, proposta por Angola, avaliando a necessidade de adequação de seus objetivos, de modo a torná-los mais focados e exequíveis.

Em 2025, a Guiné-Bissau assumiu a presidência pro tempore, posteriormente substituída provisoriamente por Timor-Leste, a partir de dezembro de 2025, após Cimeira extraordinária convocada em razão da situação política naquele país. Até o momento, permanece pendente a definição de eventual revisão da Agenda Estratégica no âmbito da nova presidência.

No período considerado, a atuação brasileira concentrou-se no acompanhamento técnico das discussões econômico-financeiras da CPLP, contribuindo para a consolidação gradual desse eixo de cooperação e para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros.

2. Bilateral

a. China



11ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN. São Paulo, setembro de 2025 — Lukas Kappaz.

A agenda de cooperação econômico-financeira entre Brasil e China avançou de forma estratégica entre 2023 e 2025, com interlocução intensa e sistemática entre as autoridades financeiras de ambos os países.

Ao longo desse período, a Secretária de Assuntos Internacionais realizou 21 encontros bilaterais com seu homólogo chinês, além de inúmeras reuniões com autoridades do Banco Popular da China, da Administração Estatal de Reservas Estrangeiras da China (SAFE), de instituições financeiras e de centros de pesquisa, demonstrando o alto nível de densidade, complementaridade e parceria estratégica, que resultou em avanços significativos nas discussões sobre financiamento sustentável, cofinanciamento de infraestrutura, transformação ecológica, mercados financeiros e integração em fóruns multilaterais como BRICS e G20.

Como resultado desse engajamento, foram assinados diversos instrumentos, lançadas novas iniciativas e realizados encontros bilaterais estratégicos:

- **Março de 2023:** Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério das Finanças da China, para promoção do intercâmbio de informações e experiências em financiamento sustentável, cofinanciamento e investimento em infraestrutura, fortalecendo a colaboração em projetos bilaterais e o alinhamento em fóruns multilaterais;

- **Março de 2024:** Participação do Brasil na 10ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) e lançamento do Fórum Financeiro Brasil-China, em Pequim, consolidando mecanismos de cooperação estratégica;
- **Maio de 2024:** Memorando de Entendimento com a SAFE, para incremento do papel do Fundo de Cooperação Brasil-China, ampliando a capacidade de financiamento para projetos estratégicos de desenvolvimento sustentável;
- **Novembro de 2024:** Memorando de Entendimento com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), definindo o arcabouço para cooperação em transformação ecológica, desenvolvimento verde e iniciativas de baixo carbono;
- **Setembro de 2024:** Reunião inaugural do Fundo de Cooperação Brasil-China, marco pioneiro que formalizou instrumentos de cofinanciamento e investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável;
- **Maio de 2025:** Memorando de Entendimento sobre Cooperação Financeira Estratégica com o Banco Popular da China, criando a Força-Tarefa de Cooperação Financeira e articulando sinergias entre planos de desenvolvimento do Brasil e iniciativas globais;
- **Julho de 2025:** Memorando de Entendimento estratégico com o Ministério das Finanças da China, elevando a cooperação econômica e financeira a um nível abrangente e estratégico, fortalecendo o papel da COSBAN e incluindo projetos como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre;
- **Setembro de 2025:** Realização do 2º Fórum de Cooperação Financeira Brasil-China e 11ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira, em São Paulo, ampliando o escopo de diálogo em políticas macroeconômicas e desenvolvimento sustentável;
- **Setembro de 2025:** Encontros bilaterais com foco em financiamento agrícola e infraestrutura, aprofundando a cooperação prática em áreas de interesse mútuo, por meio do lançamento da Força-Tarefa de Financiamento Agrícola;
- **Outubro de 2025:** Aprovação da listagem de índices brasileiros nas bolsas chinesas no âmbito do programa ETF Connect Brasil-China.

Em março de 2024, a participação do Ministério da Fazenda do Brasil no Fórum Financeiro Brasil-China em Pequim consolidou mecanismos de cooperação estratégica e permitiu avançar no alinhamento de políticas macroeconômicas e de desenvolvimento sustentável. Na mesma ocasião, a 10ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN reforçou o funcionamento da Subcomissão como elo central do Eixo de Cooperação Financeira, instrumentalizando a coordenação de projetos bilaterais e a implementação do Plano de Ação Conjunto.

Em setembro de 2024, foi realizada a reunião inaugural do Fundo de Cooperação Brasil–China para a Expansão da Capacidade Produtiva para o Desenvolvimento Sustentável, marco pioneiro que formalizou instrumentos de cofinanciamento e investimento em infraestrutura, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a integração financeira entre os países. Essa iniciativa representou a refundação do Fundo, com novos processos de governança e escopo ampliado de atuação, incluindo a mobilização de recursos para projetos de transformação verde e de baixo carbono, alinhados às prioridades compartilhadas de ambos os países. O MF e a SAFE desempenham papel estratégico, enquanto BNDES e Claifund são responsáveis pela operacionalização do mecanismo de triagem de investimentos.

Ao longo de 2025, a cooperação bilateral se consolidou com a realização, no Brasil, do 2º Fórum de Cooperação Financeira Brasil–China e a 11ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira, em São Paulo, reforçando a interlocução estratégica entre os ministérios e ampliando os canais de diálogo sobre políticas financeiras e desenvolvimento sustentável.

Além disso, iniciativas práticas no período incluíram a aprovação da listagem de índices brasileiros em bolsas chinesas no âmbito do programa ETF Connect Brasil–China, e encontros bilaterais dedicados à cooperação agrícola e financiamento de infraestrutura, que ampliaram a interação prática entre os ministérios e promoveram avanços em políticas públicas conjuntas.

O fortalecimento institucional do Eixo de Cooperação Financeira, combinado com a implementação dos Memorandos de Entendimento e a criação de instrumentos como o Fundo de Cooperação e a Força-Tarefa de Financiamento Agrícola, consolidou canais de interlocução estruturados e contínuos. Este modelo permitiu transformar a cooperação estratégica em resultados concretos, ampliando o escopo de atuação bilateral e reforçando a presença do Brasil em fóruns multilaterais, enquanto avança a agenda de desenvolvimento sustentável, transformação ecológica e integração financeira com a China.

b. EUA

Ao longo do período recente, a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos tem sido marcada por iniciativas de cooperação em áreas econômicas e ambientais de interesse mútuo, em consonância com a agenda global e com a participação ativa do Brasil em fóruns multilaterais como o G20.

Em 2023, durante a COP28 em Dubai, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Enviado Especial dos Estados Unidos para o Clima, John Kerry, formalizaram colaboração bilateral voltada à implementação do Plano de Transformação Ecológica, reconhecendo a urgência da ação climática e o compromisso conjunto para enfrentar as mudanças climáticas. Ainda nesse ano, encontros com delegações norte-americanas em São Paulo destacaram oportunidades de cooperação em descarbonização, energias renováveis e economia sustentável, reforçando que a relação Brasil-EUA poderia servir de modelo na agenda sustentável global.

No âmbito da presidência brasileira do G20, em 2024, essa cooperação bilateral ganhou contornos históricos. Durante a reunião ministerial da Trilha de Finanças no Rio de Janeiro,

Brasil e Estados Unidos assinaram a Parceria pelo Clima (Haddad-Yellen), um acordo estratégico que uniu as duas economias em esforços conjuntos para enfrentar desafios climáticos e promover o desenvolvimento sustentável, com diretrizes específicas para cadeias de energia limpa, mercados de carbono de alta integridade, financiamento da natureza e dos fundos climáticos multilaterais.

Na sequência, em 2025, o Ministro da Fazenda se reuniu com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, em Los Angeles, para tratar de temas econômicos bilaterais, destacando as vantagens comparativas do Brasil para atração de investimentos, especialmente nas áreas de energia verde e minerais críticos, e sinalizando abertura ao diálogo sobre tarifas no comércio internacional.

Esses diálogos de alto nível bilateral, articulados paralelamente à participação brasileira em fóruns multilaterais como o G20, refletem a importância que o Brasil atribui ao relacionamento com os Estados Unidos para aprofundar cooperação econômica e climática, bem como para fortalecer a coordenação em temas estratégicos de desenvolvimento sustentável e governança econômica global.

c. França

O relacionamento econômico-financeiro entre Brasil e França se aprofundou nos últimos anos a partir da institucionalização do Diálogo Econômico-Financeiro de Alto Nível, que estabeleceu um canal permanente de coordenação e consulta entre os ministérios da Fazenda de ambos os países. Esse mecanismo permitiu ao Brasil articular prioridades conjuntas, alinhando práticas e políticas com padrões internacionais e fortalecendo a previsibilidade e a profundidade da cooperação bilateral.

Durante a presidência brasileira do G20, em 2024, o engajamento com a França se intensificou, com alinhamento em temas centrais da governança financeira global, incluindo tributação internacional, reforma de bancos multilaterais de desenvolvimento, financiamento sustentável e instrumentos inovadores de mobilização de recursos climáticos.

Em abril de 2025, a assinatura de Memorando de Entendimento entre os ministros, em Paris, e a realização do Diálogo Econômico-Financeiro, liderado pela SAIN, consolidou a parceria, aprofundando a cooperação em tributação justa, financiamento climático, energia de baixo carbono, infraestrutura digital e mobilidade sustentável. O encontro reforçou o intercâmbio de experiências, aproximando o Brasil de modelos internacionais de coordenação e reforçando a capacidade de resposta conjunta a desafios econômicos globais.

d. Indonésia

No decorrer de 2025, em encontros entre vice-ministros do Brasil e da Indonésia, foram identificados pontos em comum para a construção de uma agenda bilateral econômica e financeira, com ênfase em cooperação estratégica e alinhamento em temas multilaterais.

Com base nesses consensos, a Secretaria de Assuntos Internacionais apresentou proposta de Memorando de Entendimento (MOU) para a instituição de um Diálogo Econômico-Fi-

nanceiro (DEF), em nível de vice-ministros, com o objetivo de assegurar a continuidade das discussões e da cooperação. As áreas prioritárias definidas incluíram mercados de carbono (com foco em interoperabilidade e taxonomia), biocombustíveis e minerais críticos.

A negociação do MOU foi concluída em 2025. Atualmente, o documento aguarda a oportunidade adequada para assinatura formal, prevista para 2026, aproveitando um evento multilateral ou visita oficial de Estado, seguida de publicação oficial.

A formalização do DEF representará um avanço significativo na institucionalização da cooperação econômico-financeira bilateral, consolidando canais de diálogo estruturado e contínuo entre o Brasil e a Indonésia.

e. Rússia

Em 2024, o relacionamento econômico-financeiro entre Brasil e Rússia foi aprofundado no contexto da presidência brasileira do G20 e da presidência russa do BRICS, com interlocução estreita em temas estratégicos de finanças internacionais e cooperação multilateral. Em 2025, durante a presidência brasileira do BRICS, o diálogo bilateral avançou ainda mais, culminando na negociação de um Memorando de Entendimento para a instituição de um Diálogo Econômico-Financeiro (DEF), em nível técnico (diretores).

Ao longo de 2025 e 2026, contatos regulares foram mantidos entre os vice-ministros do Brasil e da Rússia, incluindo encontros às margens da 8ª Reunião da Comissão Brasil–Rússia de Alto Nível de Cooperação. Durante o encontro bilateral de 2026, foram identificadas áreas prioritárias de cooperação futura a serem aprofundadas no âmbito do DEF.

A formalização do MOU representa um avanço significativo na institucionalização da cooperação econômico-financeira bilateral, garantindo canais estruturados e contínuos de diálogo sobre políticas macroeconômicas, desenvolvimento sustentável, mercados financeiros e outras questões econômicas e financeiras de interesse comum.

f. Coreia do Sul

O relacionamento econômico-financeiro entre Brasil e Coreia tem avançado de forma consistente, com interlocução estreita iniciada no contexto da presidência brasileira do G20 em 2024. Em fevereiro de 2026, durante a visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Seul, os dois países celebraram a instituição de um Diálogo Econômico e Financeiro (DEF), aprofundando ainda mais a cooperação bilateral.

A formalização deste Diálogo representa um avanço significativo na institucionalização da cooperação econômico-financeira bilateral, garantindo canais contínuos e estruturados de interlocução estratégica, alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às prioridades compartilhadas pelos dois países.

g. Índia

O relacionamento econômico-financeiro entre Brasil e Índia tem se intensificado de forma consistente ao longo dos últimos anos, com interlocução estreita iniciada no contexto da presidência indiana do G20, em 2023, seguida pela presidência brasileira do G20, em 2024, e pela presidência brasileira do BRICS, em 2025. Em 2026, com a presidência indiana do BRICS, os contatos bilaterais e multilaterais se ampliaram, consolidando o alinhamento em temas estratégicos de finanças internacionais e cooperação multilateral.

Atualmente, Brasil e Índia estão negociando um Memorando de Entendimento para a instituição de um Diálogo Econômico e Financeiro, que permitirá institucionalizar canais contínuos de interlocução estratégica, alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às prioridades compartilhadas na agenda bilateral e multilateral.

h. Reino Unido

O relacionamento econômico-financeiro entre Brasil e Reino Unido possui histórico consolidado, com a formalização do Diálogo Econômico-Financeiro (DEF) entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério das Finanças do Reino Unido em 2015, cuja última reunião ocorreu em 2020. Além disso, o Diálogo de Mercados Financeiros Brasil-Reino Unido tem servido como espaço complementar de cooperação técnica.

No período de 2023 a 2025, o Reino Unido manteve interlocução intensa com o Brasil em fóruns multilaterais, notadamente nas presidências brasileiras do G20 e do BRICS, bem como no âmbito da COP30, contribuindo para o alinhamento em agendas estratégicas de finanças internacionais, desenvolvimento sustentável e cooperação multilateral.

No contexto da presidência brasileira do G20, e em consonância com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, o Reino Unido apoiou o lançamento da Parceria Brasil-Reino Unido contra a Fome e a Pobreza (*UK-Brazil Partnership Against Hunger and Poverty*), fortalecendo a cooperação bilateral em iniciativas de impacto social e econômico.

A experiência bilateral recente demonstra continuidade e aprofundamento do diálogo estratégico, consolidando canais de cooperação estruturados e promovendo coordenação em temas econômicos, financeiros e sociais de interesse comum.



Participação do MF no evento pré-COP "Financiando o futuro verde do Brasil. Da esq. para a dir.: Embaixadora Tatiana Rosito, Mafalda Duarte (GCF), Ministro Fernando Haddad e Luciana Costa (BNDES). São Paulo, novembro de 2025 — Diogo Zacarias.

3. Cooperação internacional na área tributária

G20

Na presidência da Trilha de Finanças do G20 (2023-2024), o Ministério da Fazenda deu centralidade ao tema da justiça tributária e ao papel das políticas tributárias no combate à desigualdade e na promoção do desenvolvimento sustentável. A agenda de Tributação Internacional ganhou status de fluxo de trabalho, o que representou uma inovação em relação às presidências anteriores. O plano de trabalho desta agenda se embasou nas seguintes prioridades: uso de políticas fiscais para redução de desigualdades; avanço na estratégia dos Dois Pilares (BEPS); fortalecimento da transparência fiscal; e eficácia na avaliação de incentivos fiscais.

A agenda ganhou relevância durante as reuniões de Ministros e Vice-Ministros do G20, e seus temas foram debatidos em dois eventos de alto nível: o evento sobre os desafios atuais na Tributação Internacional, com a participação dos Ministros de Finanças do Brasil, França e Quênia, além da Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional; e o Simpósio de Cooperação Tributária Internacional, que reuniu autoridades fiscais, especialistas da academia e representantes de organismos internacionais, como as Nações Unidas e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Foram comissionados sete relatórios técnicos, com destaque para o estudo sobre a tributação mínima de indivíduos de alto patrimônio líquido, realizado pelo Observatório Europeu de Tributação (EUTax). Por fim, em julho de 2024, foram concluídas as negociações da Declaração Ministerial do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional, tornando-se um marco para a defesa da justiça e da efetividade tributária em distintos fóruns internacionais.

BRICS

Durante a Presidência brasileira da Trilha de Finanças do BRICS (2024-2025), a Agenda de Cooperação Tributária Internacional estruturou-se como mecanismo de coordenação entre Ministérios da Fazenda, Autoridades de Administrações Tributárias e Aduaneiras. Esta agenda organizou-se em dois eixos complementares: (i) cooperação tributária internacional e (ii) intercâmbio técnico e institucional entre administrações tributária e aduaneira. A agenda concentrou-se na discussão de estratégias para aprimorar a equidade e a progressividade dos sistemas tributários, na coordenação da atuação do BRICS nas Nações Unidas e no avanço de mecanismos de cooperação técnica e criação de capacidades em matéria tributária e aduaneira.

De maneira geral, a organização resultou no aprofundamento da coordenação intrabloco, no fortalecimento de capacidades institucionais e na troca de experiências e boas práticas. No período, foram realizadas quatro reuniões em 2025: duas reuniões virtuais da Iniciativa de Cooperação Tributária Internacional (março e maio) e duas reuniões presenciais dos Chefes das Administrações Tributárias e Aduaneiras (setembro), em Manaus. As reuniões resultaram em três entregas formais: (i) Declaração Conjunta do BRICS em apoio à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional; (ii) Declaração das Autoridades Tributárias do BRICS; e (iii) Declaração das Autoridades Aduaneiras do BRICS.

Grupo de Trabalho sobre Cooperação Tributária Internacional

Os temas de cooperação tributária tiveram proeminência estratégica na agenda econômica internacional da Secretaria de Assuntos Internacionais, o que demandou a organização de um grupo de trabalho interno no âmbito do Ministério da Fazenda, envolvendo a Secretaria de Política Econômica (SPE) e a Receita Federal do Brasil (RFB), com assídua consulta ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A partir desta coordenação, fortaleceu-se a atuação do Brasil no processo negociador da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional. Esta atuação compreendeu a negociação dos termos de referência do acordo, envolvendo a participação em sessões presenciais e virtuais. Entre os temas prioritários estão o fortalecimento de mecanismos multilaterais voltados à tributação de indivíduos de alto patrimônio líquido em nível internacional, a mitigação de práticas de planejamento tributário agressivo, a redução de assimetrias distributivas globais e a ampliação da progressividade dos sistemas fiscais.

No plano regional, o Brasil exerceu papel de liderança, assumindo em 2025 a presidência da Plataforma Regional de Cooperação Tributária da América Latina e Caribe. Foram coor-

denados esforços para o intercâmbio técnico e a harmonização de boas práticas, visando o aprimoramento das capacidades institucionais dos países da região. A presidência brasileira atuou na construção de consensos técnicos sobre a progressividade fiscal, bem como sobre a transparência e a efetividade na avaliação e monitoramento de benefícios fiscais.

O Brasil participou ainda das reuniões da Força-Tarefa sobre Taxas Globais de Solidariedade para as Pessoas e o Planeta (*Global Solidarity Levies*), na condição de observador. A referida coalizão visa à promoção de instrumentos tributários inovadores para mobilizar receitas provenientes de setores com alta taxa de emissões de gases de efeito estufa, notadamente setores de exploração e comercialização de combustíveis fósseis. Apesar de não aderir aos mecanismos propostos, a SAIN promoveu neste fórum o debate sobre a progressividade tributária, sobre a tributação de indivíduos de alto patrimônio líquido e sobre o papel das finanças concessionais na transferência de receitas para a ação climática em países em desenvolvimento.

Mediação de temas de Tributação Internacional junto à Receita Federal do Brasil

A SAIN desempenhou papel estratégico na mediação de temas de cooperação tributária junto à Receita Federal do Brasil (RFB), atuando como instância de articulação institucional entre as áreas técnicas da RFB e do MRE. Nesse âmbito, realizou o acompanhamento de reuniões com representantes de governos e câmaras de comércio interessados na negociação, atualização e condução de acordos para evitar a dupla tributação e de instrumentos correlatos de cooperação fiscal, assegurando a adequada coordenação técnica e o alinhamento com as diretrizes de política econômica externa.

Ademais, a SAIN facilitou processos de revisão de critérios aplicáveis à desqualificação de jurisdições com regimes de tributação favorecida, considerando seus impactos sobre as relações de cooperação econômica bilateral. No caso dos Emirados Árabes Unidos, atuou na formulação de portaria que definiu critérios objetivos para revisão e avaliação de mérito, o que resultou, após análise técnica, na retirada do país da lista de jurisdições com tributação favorecida.

4. Brasil credor e recuperação de créditos externos

Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE)

No âmbito da recuperação de créditos externos, o Ministério da Fazenda intensificou, desde 2023, a atuação voltada à defesa dos interesses do Estado brasileiro como credor, com foco na retomada de negociações de dívidas soberanas, na recuperação de valores devidos ao erário e no fortalecimento da posição do Brasil na governança financeira internacional.

Como parte desse esforço, em 28 de fevereiro de 2024, foi restabelecido o Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE), em consonância com a nova estrutura do Governo Federal. Desde então, o colegiado realizou quatro reuniões, viabilizando a retomada de processos de reestruturação de dívidas históricas que se encontravam paralisados, como os casos de São Tomé e Príncipe, Mauritânia, Guiné e Guiné-Bissau.

Ainda em 2024, o Ministério da Fazenda encaminhou à Presidência da República processos de reestruturação mais recentes, que haviam sido devolvidos a este Ministério em 2022. Esses processos abrangem dívidas de Moçambique, Congo e Senegal, e poderão viabilizar, após aprovação do Senado Federal, a recuperação integral de até R\$ 700 milhões, reforçando a proteção dos recursos públicos, a credibilidade do Brasil como credor soberano e a retomada das relações econômicas entre o Brasil e esses países.

No campo da transparência, o COMACE estabeleceu diretrizes para divulgação periódica da carteira de créditos soberanos do Brasil, ampliando a prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. O primeiro relatório público foi disponibilizado em julho de 2025, no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda, e contém informações sobre valores devidos ao País, montantes em atraso e iniciativas de recuperação. A próxima edição está prevista para o início do segundo semestre de 2026.

Clube de Paris

No âmbito do Clube de Paris, o Ministério da Fazenda manteve participação ativa na defesa dos interesses brasileiros nas negociações internacionais de dívida. Destaca-se a participação na reestruturação dos atrasos de Gana, cuja proposta foi formalizada em janeiro de 2024, prevendo a reprogramação dos pagamentos sem redução do valor principal devido. Após a conclusão da negociação com o país devedor da minuta de contrato e obtida a aprovação do Senado Federal, o acordo poderá permitir a recuperação de até R\$ 300 milhões, incluindo valores em atraso e montantes indenizados pelo erário.

Global Sovereign Debt Roundtable (GSDR)

No âmbito da *Global Sovereign Debt Roundtable* (GSDR), iniciativa coordenada pelo FMI e pelo Banco Mundial, o Brasil tem atuado de forma ativa na construção de entendimentos entre credores oficiais, credores privados e países devedores, com o objetivo de tornar os processos de reestruturação de dívida soberana mais céleres, previsíveis e eficazes. Nesse espaço, o país tem defendido abordagens que reforcem o papel dos países devedores na condução dos processos, ao mesmo tempo em que promovem maior coordenação entre credores e aprimoram o compartilhamento de informações de forma pragmática e orientada à construção de confiança.

A atuação brasileira tem buscado contribuir para o desenvolvimento de soluções práticas para desafios recorrentes em processos de reestruturação, incluindo o tratamento de dívidas comerciais não securitizadas, a comparabilidade de tratamento entre diferentes classes de credores e o uso de instrumentos financeiros que permitam conciliar sustentabilidade da dívida e financiamento do desenvolvimento.

A partir de sua dupla condição de país credor e economia em desenvolvimento, o Brasil tem contribuído para o fortalecimento da GSDR como espaço de diálogo estruturado, orientado à construção de consensos e à disseminação de boas práticas internacionais, reforçando o papel do país como ator relevante na agenda global de dívida soberana.

III. FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SUFIN)

Ao longo do triênio 2023–2026, a Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável (SUFIN) promoveu a revitalização da agenda brasileira junto aos bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos internacionais, reposicionando a área como núcleo estratégico da atuação externa do Ministério da Fazenda. Houve fortalecimento do acompanhamento técnico-financeiro das operações, coordenação qualificada das posições brasileiras nas instâncias decisórias e gestão responsável das obrigações, assegurando previsibilidade e alinhamento das carteiras às prioridades nacionais, em especial à transformação ecológica, à redução de desigualdades regionais e ao fortalecimento subnacional. Esse movimento reconectou a agenda de financiamento externo ao impacto doméstico concreto, ampliando o acesso a recursos e aprimorando a qualidade do diálogo estratégico com as instituições.

Paralelamente, estruturou-se e consolidou-se a nova área de Finanças Sustentáveis, que ampliou de forma expressiva a captação de recursos concessionais, organizou a governança nacional de acesso a fundos climáticos e elevou o protagonismo do Brasil na arquitetura internacional de financiamento climático. A criação da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP) e o avanço na coordenação com fundos e bancos multilaterais refletem uma agenda prática, orientada a projetos estratégicos, com foco em mobilização de capital, mitigação de riscos e geração de resultados efetivos.

A atuação da SUFIN integrou, de maneira coerente, a dimensão doméstica e a dimensão global da política de financiamento ao desenvolvimento. O acompanhamento da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), a articulação estratégica com bancos e fundos e a gestão das obrigações financeiras caminharam em paralelo à liderança brasileira nos fóruns internacionais, com destaque para as entregas nas Presidências do G20 e do BRICS e para a coordenação do Círculo de Ministros de Finanças da COP30. Essa combinação de atuação individual qualificada com liderança coletiva na agenda de reforma do sistema financeiro internacional consolidou uma orientação voltada a transformações concretas, ampliando de forma estrutural as condições de acesso do Brasil a recursos para o financiamento de seu desenvolvimento sustentável.

1. Instituições Globais de Financiamento ao Desenvolvimento, Pagamentos e Acompanhamento da Comissão de Financiamentos Externos



Ministro Fernando Haddad e Embaixadora Tatiana Rosito com os presidentes dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Organismos Financeiros, por ocasião do apoio à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Washington, outubro de 2024 — Arquivo pessoal da SAIN.

a. Grupo Banco Mundial

No período 2023–2026, a atuação junto ao Grupo Banco Mundial estruturou-se em quatro frentes complementares: (i) o alinhamento estratégico das operações às prioridades nacionais; (ii) o fortalecimento da coordenação intra e interministerial para acompanhamento de projetos e definição de posicionamentos em instâncias decisórias; (iii) a participação ativa na agenda de evolução do Banco; e (iv) a contribuição qualificada ao debate internacional sobre políticas de graduação.

No plano operacional, buscou-se assegurar que as operações do IBRD, da IFC e da MIGA estivessem alinhadas às prioridades estratégicas do país, com ênfase na transição ecológica, na redução de desigualdades regionais, no fortalecimento de capacidades subnacionais e na modernização institucional. Houve coordenação sistemática das posições brasileiras nas instâncias decisórias, bem como atuação técnica em revisões de carteira e no acompanhamento de projetos estruturantes, em especial aqueles vinculados ao Plano de Transformação Ecológica. Paralelamente, foi reforçada a articulação entre ministérios e órgãos centrais, de modo a conferir maior coerência estratégica e previsibilidade ao diálogo com o Banco.

No âmbito da agenda de evolução do Banco Mundial, contribuímos ativamente para as discussões sobre o *Capital Adequacy Framework* (CAF), a otimização do uso do balanço e o aprimoramento de instrumentos inovadores, como capital híbrido e garantias. Defendeu-se o fortalecimento do papel sistêmico do Banco na coordenação entre bancos multilaterais de desenvolvimento e o avanço de instrumentos capazes de ampliar a mobilização de capital privado, inclusive por meio de mecanismos de mitigação de risco.

O período também incluiu a participação brasileira na recomposição da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA21), etapa central para o financiamento concessional aos países de menor renda. O Brasil anunciou contribuição voluntária no montante de US\$ 100 milhões, reafirmando seu compromisso com o sistema multilateral e com a agenda de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável em países mais vulneráveis. O *pledge* reforçou a posição do país como ator responsável e solidário no âmbito da arquitetura financeira internacional, mesmo em contexto doméstico de restrição fiscal.

Paralelamente, houve intensificação do debate internacional sobre políticas de graduação. A posição brasileira consolidou-se em torno de princípios claros: a graduação deve constituir processo negociado, faseado e consensual, não automático nem exclusivamente baseado em indicadores agregados de renda per capita. Além disso, é fundamental reconhecer que países como o Brasil permanecem atores centrais do sistema multilateral, tanto como mutuários quanto como provedores de bens públicos globais; assegurar a possibilidade de uso combinado e re-sequenciado dos diferentes instrumentos do Grupo Banco Mundial; e incorporar a heterogeneidade subnacional na análise, evitando leituras agregadas que não reflitam adequadamente as disparidades internas.

b. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)

Entre 2023 e 2026, a atuação brasileira no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) combinou acompanhamento técnico-financeiro robusto, posicionamento estratégico nas discussões institucionais e alinhamento das operações às prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

No plano operacional, buscou-se assegurar que as operações soberanas e não soberanas contribuíssem de forma consistente para a transição ecológica, a infraestrutura resiliente, o fortalecimento subnacional e a modernização de serviços públicos. Nesse contexto, destaca-se a aprovação do projeto do Primeiro Hospital Inteligente Brasileiro, iniciativa estruturante voltada à modernização tecnológica da rede pública de saúde, com incorporação de soluções digitais, eficiência energética e aprimoramento da gestão hospitalar. O projeto exemplifica a convergência entre inovação tecnológica, sustentabilidade e fortalecimento institucional, além de evidenciar o potencial do Banco para apoiar políticas públicas de alta complexidade.

Paralelamente, a participação brasileira nas instâncias técnicas e decisórias incluiu análise detalhada de carteira, avaliação de métricas de risco e apreciação de novos instrumentos financeiros, inclusive empréstimos híbridos. A preocupação central foi preservar a sustentabilidade do balanço e a solidez financeira do Banco, especialmente em um contexto de expansão institucional e ampliação da base de membros.

No plano estratégico, o Brasil contribuiu para o debate sobre plano de capital, diversificação de funding, uso de moedas locais e instrumentos de mitigação de risco, enfatizando o equilíbrio entre inovação financeira e prudência institucional. Defendeu-se que o crescimento do Banco fosse acompanhado de governança robusta, critérios técnicos consistentes e maior previsibilidade estratégica, de modo a consolidar o NDB como instituição financeiramente sólida e capaz de ampliar sua contribuição ao financiamento do desenvolvimento sustentável no sul global. No que se refere a moedas locais, o Brasil tem a expectativa de que o Banco possa futuramente desenvolver programa para operações em reais.

c. Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)

A atuação junto ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) no período 2023–2026 combinou aprofundamento das operações no Brasil, gestão responsável das obrigações de capital e engajamento estratégico nas discussões sobre a evolução institucional do Banco. O Brasil também passou a ocupar a Diretoria Alternativa de sua *constituency* (liderada pelo Egito). Há expectativa de que o Brasil possa ampliar sua participação no capital do Banco, caso venha a efetivar o pagamento por ações adicionais.

No plano operacional, destaca-se a estruturação e aprovação do *Climate Policy-Based Loan* (CPBL), no montante de US\$ 1 bilhão, maior operação desse tipo já aprovada pelo Banco, que apoiou reformas estruturais associadas à agenda de sustentabilidade e transformação ecológica. O CPBL representou marco relevante no relacionamento com o Banco, tanto pelo volume quanto pelo caráter estratégico da operação, reforçando o papel do AIIB como parceiro de políticas públicas de alcance sistêmico. Paralelamente, houve acompanhamento de operações soberanas, subnacionais e privadas, bem como diálogo técnico para fortalecimento da implementação.

No plano institucional, o período foi marcado pelo amadurecimento do debate sobre o papel dos membros não regionais no Banco. O Brasil atuou de forma coordenada com outros países clientes não regionais, promovendo maior articulação política e técnica em torno de interesses convergentes, especialmente no que se refere à previsibilidade de acesso a financiamento e ao equilíbrio na governança.

Nesse contexto, participou-se ativamente das discussões relativas à ampliação do limite de financiamento destinado a membros não regionais, tema com implicações diretas sobre a estratégia de crescimento do Banco e sua configuração como instituição cada vez mais global. A posição brasileira ressaltou que a ampliação da participação de membros não regionais deve ser compreendida como vetor legítimo de crescimento e consolidação institucional do Banco, contribuindo para a diversificação geográfica do portfólio, fortalecimento de sua relevância global e ampliação de sua capacidade de mobilização de recursos, sempre em consonância com padrões elevados de qualidade técnica e sustentabilidade financeira.



Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda e o AIIB. Assinam Embaixadora Tatiana Rosito e VP Konstantin Limitovskiy, com testemunho do Vice-Presidente do Brasil Geraldo Alckmin e do Presidente do AIIB Jin Liqun. Pequim, junho de 2024 — Arquivo pessoal da SAIN.

d. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Em 2023, o Brasil reafirmou seu compromisso com o FIDA ao anunciar, no âmbito do FIDA13 (2025–2027), um pledge de US\$ 13 milhões, contribuindo para a capacidade do Fundo de apoiar investimentos em transformação rural, segurança alimentar, resiliência climática e inclusão produtiva.

Em 2024, no plano estratégico, a atuação desta Secretaria junto ao FIDA consolidou-se na aprovação do Programa de Oportunidades Estratégicas para o País (COSOP Brasil 2024–2030). Após um trabalho conjunto entre a Administração do FIDA e o Governo brasileiro, o programa foi aprovado pelo Fundo e revisado pelo Conselho Executivo. O COSOP organiza a parceria em torno de prioridades nacionais e reforça um modelo focalizado e integrado: manutenção do eixo histórico no Nordeste e expansão programática para Amazônia e Mata Atlântica, com aprofundamento de temas transversais, como gênero, juventude, nutrição e finanças climáticas, como elementos estruturantes.

Ainda no contexto estratégico, a atuação da Secretaria contribuiu também para o debate sobre graduação, defendendo uma abordagem caso a caso, orientada por resultados, sensível a desigualdades territoriais e vulnerabilidades rurais.

No plano institucional, a entrega brasileira junto ao FIDA tem se apoiado em atuação consistente nas instâncias de governança — em particular nas discussões do Conselho de Gover-

nadores, no Conselho Executivo e no Comitê de Auditoria —, onde o Brasil tem contribuído para orientar o Fundo em direção a maior disciplina de entrega e fortalecimento de instrumentos capazes de ampliar escala e alavancagem (inclusive por meio de parcerias com instituições nacionais e outros MDBs). Em paralelo, o Brasil vem estruturando sua contribuição como plataforma de conhecimento, reforçando o eixo de Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) como parte do valor agregado institucional do país no relacionamento com o Fundo.

No plano operacional, o Brasil situa-se como o 5º maior portfólio do FIDA no mundo e concentra cerca de 40% da carteira do Fundo na América Latina e Caribe, com financiamento total de US\$ 1,0289 bilhão, dos quais US\$ 154,4 milhões (15%) correspondem à participação do FIDA — evidenciando forte mobilização de recursos domésticos e internacionais. Esse arranjo se materializa em uma carteira com seis projetos em execução, dois aprovados com entrada em vigor em 2026 e uma operação não soberana. Destacam-se, nesse contexto, a operação estruturada com o BNDES, referenciada pelo IFAD como seu primeiro empréstimo a um Banco Público de Desenvolvimento, com custo total de US\$ 283 milhões (IFAD: US\$ 65 mi; GCF: US\$ 99,5 mi; BNDES: US\$ 98,8 mi, além de contrapartidas); e a primeira operação não soberana aprovada em 2025, no valor de até US\$ 10 milhões à Cresol, voltada a promover acesso a financiamento e produção sustentável para pequenos produtores, cooperativas e agro-MSMEs nas regiões Nordeste e Amazônia Legal.

e. Pagamentos a Organismos Internacionais

No período 2023–2026, a SUFIN exerceu papel central na coordenação das obrigações financeiras do Brasil junto a bancos multilaterais de desenvolvimento globais e fundos internacionais, assegurando previsibilidade orçamentária, responsabilidade fiscal e preservação da credibilidade internacional do país. A gestão dessas obrigações envolveu planejamento prospectivo, articulação interinstitucional contínua e acompanhamento da formalização e execução dos instrumentos jurídicos correspondentes.

No âmbito do Grupo Banco Mundial, destacam-se os aumentos de capital do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Corporação Financeira Internacional (IFC), ambos referentes ao pacote de capital acordado em 2018. Para o BIRD, foi assinado o Instrumento de Subscrição (IoS) relativo ao aumento geral e seletivo de capital, no montante de US\$ 175,4 milhões, com pagamento em parcela única até 16 de abril de 2026.

No caso do IFC, foi quitada, em outubro de 2025, a parcela referente ao aumento seletivo de capital, no valor de US\$ 52,8 milhões, reafirmando o compromisso brasileiro com o fortalecimento da instituição. Quanto ao aumento geral de capital, no montante de US\$ 135,2 milhões, o IoS já se encontra assinado, com prazo de pagamento igualmente fixado em 16 de abril de 2026.

No que se refere à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o Brasil participou da 21ª Reposição de Recursos (IDA21), assumindo compromisso total de US\$ 100 milhões. Ainda que o Instrumento de Contribuição (IoC) esteja em fase final de formalização, a decisão de participação reafirma o posicionamento do Brasil como doador responsável e parceiro solidário no financiamento concessional aos países de menor renda e maior vulnerabilidade.

Em relação ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o IoS foi igualmente assinado, referente à integralização de capital no montante de US\$ 129,1 milhões. Embora o pagamento tenha sido objeto de duas postergações, atualmente com prazo até 31 de dezembro de 2026, a formalização do compromisso preserva a posição acionária brasileira e sinaliza a continuidade do engajamento do país na consolidação do Banco e em sua crescente atuação junto a membros não regionais.

No âmbito do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), foi assinado o IoC referente à 13ª Reposição (FIDA13), no valor total de US\$ 13 milhões, distribuídos em três parcelas. A primeira parcela, de US\$ 1,8 milhão, foi paga em dezembro de 2024; a segunda, de US\$ 5,6 milhões, foi quitada em setembro de 2025; e a terceira, também de US\$ 5,6 milhões, encontra-se prevista para 2026. A regularidade dos pagamentos reforça a consistência da atuação brasileira na agenda de desenvolvimento rural e segurança alimentar.

No agregado, as necessidades orçamentárias associadas aos compromissos multilaterais considerados somam aproximadamente US\$ 463 milhões, evidenciando a dimensão do engajamento brasileiro no sistema multilateral. Mesmo em contexto de restrição fiscal, o período foi marcado pela assinatura de instrumentos relevantes, quitação de algumas parcelas estratégicas e empenho constante para a manutenção de compromissos assumidos.

f. Participação da SAIN na Comissão de Financiamentos Externos (Coflex)

No período 2023–2025, a atuação da SAIN no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) estruturou-se em dois eixos complementares. De um lado, a participação regular nas instâncias técnicas e colegiadas da Comissão, voltada à análise e deliberação sobre pleitos de financiamento externo. De outro, uma atuação orientada ao fortalecimento institucional, normativo e de governança da Coflex, em consonância com as prioridades estratégicas do governo federal.



Embaixadora Tatiana Rosito participa do evento de Revisão da Carteira do Banco Mundial no Brasil. Brasília, setembro de 2025 — Washington Costa.

No primeiro eixo, a SAIN atuou como membro da Coflex e de seus grupos técnicos, participando de forma sistemática da análise de cartas-consulta, projetos e alterações contratuais submetidos à Comissão. Essa atuação envolveu a apreciação técnica dos pleitos, a avaliação de sua aderência às prioridades nacionais e às condições fiscais, bem como a deliberação colegiada quanto à aprovação ou não do apoio às propostas apresentadas.

No segundo eixo, a atuação da SAIN esteve associada ao processo mais amplo de fortalecimento institucional da Coflex, refletido em avanços estruturantes em termos de governança, coordenação, transparência e qualificação do processo decisório. Esse processo permitiu reposicionar a Coflex como instância de coordenação do financiamento externo, e não apenas como foro autorizativo, ampliando sua capacidade de alinhar o uso do financiamento internacional às prioridades de política pública do governo federal.

Nesse âmbito, a aprovação do novo Regimento Interno da Coflex representou um passo relevante na formalização e no disciplinamento do funcionamento da Comissão. Ao organizar as instâncias e os fluxos de tramitação e deliberação dos pleitos e conferir maior clareza às atribuições e responsabilidades dos órgãos participantes, o Regimento contribuiu para um processo decisório mais estruturado, previsível e integrado.

Esse movimento foi aprofundado com a aprovação da Resolução Normativa nº 1, de 22 de novembro de 2024, que introduziu mudanças estruturais no modelo de análise e priorização dos pleitos submetidos à Coflex. Um aspecto central foi a separação mais clara entre a avaliação técnica de elegibilidade — de caráter eliminatório — e a etapa de priorização estratégica, conferindo maior objetividade e transparência ao processo decisório. A priorização passou a basear-se em um novo modelo de análise, alinhado às áreas estratégicas e aos objetivos do Plano Plurianual 2024–2027, com critérios de pontuação por impacto potencial e bonificações associadas a temas transversais.

Complementarmente, a Resolução consolidou o uso de sublimites como instrumentos operacionais de priorização no âmbito da Comissão. Destacam-se, nesse contexto, o sublimite destinado a projetos ambientais e climáticos, que incorporou de forma mais explícita a agenda climática ao funcionamento da Coflex, e o sublimite voltado a operações em moeda local, orientado à mitigação de riscos cambiais e à ampliação do acesso de entes subnacionais ao financiamento externo.

g. Entregas em destaque nas Presidências Brasileiras do G20 e do BRICS

No período 2023–2026, a agenda de finanças sustentáveis consolidou-se como eixo central da atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais, combinando liderança política no âmbito do G20, aprofundamento técnico das discussões sobre reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e articulação estratégica no contexto dos BRICS.

Durante a Presidência brasileira do G20, o Brasil liderou de forma ativa e estruturada o debate sobre o fortalecimento dos MDBs, culminando na aprovação e endosso do *G20 Roadmap Towards Better, Bigger and More Effective MDBs*, uma das principais entregas da trilha de Finanças em 2024.

O Roadmap consolidou consensos em torno de três eixos estratégicos:

- Better: aprimoramento da eficiência operacional, coordenação sistêmica entre MDBs, simplificação de processos e fortalecimento da mensuração de resultados;
- Bigger: ampliação da capacidade de financiamento por meio da otimização do uso de capital, instrumentos híbridos e melhor utilização do balanço;
- More Effective: maior mobilização de capital privado, instrumentos de mitigação de risco e maior impacto no desenvolvimento.

A liderança brasileira foi marcada por articulação técnica consistente, capacidade de construção de consenso e incorporação de temas prioritários.

Em 2025, sob a Presidência sul-africana do G20, a agenda avançou para a fase de implementação e monitoramento. Foi aprovado o *Monitoring and Reporting Framework* (MRF) do MDB Roadmap, estabelecendo metodologia estruturada para acompanhamento do progresso das recomendações acordadas.

Ainda em 2025, foi publicado o primeiro relatório de monitoramento, representando passo concreto na institucionalização do processo de reforma. O Brasil contribuiu para assegurar que o monitoramento fosse orientado a resultados, tecnicamente robusto e politicamente relevante.

No âmbito dos BRICS, a *New Investment Platform* (NIP) avançou de conceito político para estrutura operacional durante a Presidência brasileira. O processo culminou na aprovação das *Guidelines on the Scope and Implementation of the New Investment Platform* (NIP), formalizando o escopo, os princípios e as modalidades de implementação da iniciativa.

A aprovação das diretrizes marcou o encerramento bem-sucedido dessa agenda sob a Presidência brasileira, conferindo à NIP uma base institucional clara e consensual entre os membros.

No plano político, os Líderes dos BRICS respaldaram a NIP como instrumento voltado a ampliar a capacidade de mobilização de investimentos em áreas estratégicas, especialmente infraestrutura sustentável, transição energética e desenvolvimento produtivo, fortalecendo a autonomia financeira dos BRICS.

Com a transição para a Presidência indiana em 2026, a expectativa é que o foco se desloque da consolidação normativa para a implementação prática, incluindo identificação de projetos prioritários, operacionalização de arranjos institucionais e aprofundamento da integração com instrumentos financeiros do NDB.

Complementarmente, em julho de 2025, os Líderes dos BRICS endossaram as *Guidelines on the BRICS Multilateral Guarantees* (BMG), estabelecendo o marco institucional para a criação de um mecanismo de garantias voltado à mobilização de capital privado para infraestrutura sustentável e investimentos alinhados à agenda climática.

O BMG foi concebido como resposta ao persistente déficit de financiamento ao desenvolvimento e ao clima, com foco na utilização de garantias como instrumento catalítico. Durante sua fase piloto, o mecanismo será incubado no *New Development Bank* (NDB), utilizando o capital e os recursos administrativos já existentes do Banco, sem necessidade de aportes adicionais dos acionistas. Essa arquitetura institucional permite testar e aprimorar instrumentos de garantia em ambiente operacional controlado, aplicando abordagem de “*learning-by-doing*”, inspirada em experiências internacionais, como a incubação que deu origem à MIGA.

Como legado institucional, a Presidência brasileira contribuiu para transformar a agenda de garantias de um conceito político em um mecanismo operacionalmente delineado, com diretrizes aprovadas pelos Líderes e mandato claro para incubação no NDB.

2. Finanças sustentáveis: Fundos Multilaterais Climáticos e Agendas Estratégicas Internacionais



Embaixadora Tatiana Rosito em painel com Ilan Goldfajn, Presidente do BID, e Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente de COP30, em evento sobre mobilização financeira na área climática na 4a Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento das Nações Unidas. Sevilha, julho de 2025 — Arquivo pessoal da SAIN.

Entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2026, a Coordenação-Geral de Finanças Sustentáveis da SAIN reposicionou a atuação brasileira no financiamento climático internacional, ampliando significativamente o acesso a recursos concessionais e a capacidade de mobilização de capital para a agenda de transformação ecológica. O período foi marcado pela combinação de três frentes complementares: ampliação do acesso do país aos fundos multilaterais, fortalecimento institucional doméstico e participação na construção da arquitetura internacional de financiamento climático.

a. Fundo Verde do Clima (GCF)

Entre 2023 e 2025, o Fundo Verde do Clima (GCF) aprovou nove projetos com participação do Brasil — ampliando o acesso do país a financiamento climático concessional e marcando expansão relevante da carteira nacional no Fundo. As iniciativas apresentam potencial de mitigação superior a 380 milhões de toneladas de CO₂e e benefício a mais de 47 milhões de pessoas. O volume de recursos aprovados alcança aproximadamente US\$ 273 milhões, com cerca de US\$ 800 milhões em cofinanciamento, praticamente dobrando o total histórico captado pelo país até 2022.

Em novembro de 2025, foi publicado o novo Programa País do Brasil junto ao GCF, consolidando a estratégia nacional de engajamento com o Fundo. O documento apresenta uma carteira indicativa de nove projetos para aprovação pelo Fundo até 2027, com potencial de até US\$ 1 bilhão em recursos do GCF, prevê US\$ 3,8 bilhões em cofinanciamento, estima 665 milhões de toneladas de CO₂e em emissões evitadas e o benefício direto a aproximadamente 53 milhões de pessoas, com alinhamento às principais políticas nacionais de clima e desenvolvimento sustentável. A atualização do Programa País foi construída por meio de amplo processo consultivo, envolvendo ministérios setoriais, entidades nacionais de acesso direto (BNDES, Funbio e Caixa), além de representantes do setor privado e da sociedade civil. As contribuições recebidas, por meio de reuniões, workshops e consultas públicas, permitiram aperfeiçoar os critérios técnicos e fortalecer a legitimidade da estratégia.

No âmbito da atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais como Autoridade Nacional Designada (AND) do GCF no Brasil, foram institucionalizados fluxos, instrumentos e critérios nacionais de acesso ao Fundo. O Manual da AND foi concluído, os formulários nacionais de avaliação de Notas Conceituais e Propostas de Financiamento foram aprimorados, e materiais de apoio passaram a ser disponibilizados no site institucional, fortalecendo a previsibilidade e a transparência da atuação da AND.

O país acessou, pela primeira vez, US\$ 3 milhões da linha de preparação de projetos de adaptação, destinados à implementação do AdaptaCidades, que apoia estados e municípios na execução do Plano Clima Adaptação. Também foi aprovado, em menos de um mês entre submissão e decisão do Fundo, apoio de US\$ 1 milhão para a estruturação do Secretariado da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP). Adicionalmente, está em elaboração a Estratégia de Preparação de Projetos vinculada ao Programa País, que definirá prioridades para o uso dos recursos remanescentes na estruturação de novas propostas ao GCF.

b. Fundos de Investimento Climático (CIF)

Em junho de 2023, foi aprovado o Plano de Investimento do Brasil no Programa de Integração de Energia Renovável (REI), assegurando US\$ 70 milhões em financiamento climático concessional do CIF e potencial de mobilização de até US\$ 9,1 bilhões em cofinanciamento. No âmbito do plano, foi aprovado, em dezembro de 2024, o projeto Ceará Green Hydrogen Hub, com US\$ 35 milhões do CIF e US\$ 90 milhões em cofinanciamento, voltado à produção de hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. O plano inclui ainda o Programa de Integração de Energias Renováveis para o Nordeste, destinado a apoiar investimentos privados em integração de renováveis, modernização de redes, transmissão e armazenamento de energia, com potencial de mobilizar US\$ 317 milhões em cofinanciamento e viabilizar cerca de 92 MW de capacidade renovável.



Participação da Embaixadora Tatiana Rosito como Keynote Speaker no evento do PNUD Climate Promise 2025. Nova York, abril de 2024 — Arquivo pessoal.

Em fevereiro de 2025, foi aprovado o Plano de Investimento do Programa Natureza, Povos e Clima (NPC), direcionando ao Brasil US\$ 247 milhões em investimentos, dos quais US\$ 47 milhões em financiamento concessional do CIF, combinados a aportes do Fundo Clima/BNDES e financiamento do Banco Mundial. A iniciativa apoia investimentos do setor privado em

restauração florestal e soluções baseadas na natureza, alinhados às prioridades nacionais, incluindo o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), e representa a primeira alocação de recursos do fundo para investimentos na Amazônia brasileira.

No primeiro trimestre de 2025, foram aprovados quatro projetos no âmbito da Janela de Futuro (Futures Window) do Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) do CIF, totalizando mais de US\$ 160 milhões em recursos concessionais e mais que dobrando o volume acumulado de recursos do CIF destinados ao país até o final de 2024. As operações apoiam a descarbonização industrial, a expansão de energias limpas e a transição energética regional, incluindo linhas de crédito para cadeias produtivas de baixo carbono, investimentos em infraestrutura e tecnologias energéticas, e iniciativas de acesso à energia limpa na Amazônia e na América Latina.

c. Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

No âmbito do oitavo ciclo de recomposição do GEF (GEF-8), o Brasil aprovou um total de 31 projetos — nacionais, regionais e globais — totalizando cerca de US\$ 133 milhões para o país e US\$ 1,32 bilhão em cofinanciamento mobilizado. A carteira abrange projetos estratégicos priorizados por ministérios setoriais (MMA, MCTI, MPI, entre outros), com foco na restauração de ecossistemas, no fortalecimento da sociobiodiversidade e das áreas protegidas, na valorização do protagonismo de povos indígenas e comunidades locais, e na promoção de soluções para economia circular e redução da poluição.

O Brasil teve atuação de destaque na fase inicial do Fundo-Quadro Global para a Biodiversidade (GBFF), coordenando a submissão e aprovação de dois projetos em um processo competitivo internacional, assegurando o comprometimento integral do envelope brasileiro. As iniciativas aprovadas — Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA) e Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas — concentram-se na conservação da biodiversidade, no fortalecimento de áreas protegidas e na gestão de territórios indígenas. Adicionalmente, o Brasil submeteu duas propostas para a segunda chamada do Fundo, com resultados previstos para março de 2026.

d. Avanços Institucionais e de Governança

A CGFS/SAIN contribuiu para a revisão da resolução normativa que regulamenta os procedimentos de análise de projetos com financiamento externo, introduzindo um mecanismo de desempate que prioriza projetos com uso de recursos concessionais provenientes de fundos climáticos e ambientais multilaterais.

Por fim, avançou-se na estruturação de uma plataforma integrada de gestão dos fundos climáticos internacionais (GCF, CIF e GEF), com a incorporação da demanda ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério da Fazenda e o início do desenvolvimento da solução em 2025, fortalecendo a integração de dados, o monitoramento da carteira de projetos e a gestão permanente dos fundos climáticos.



Lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP). Ministra Marina Silva, Mark Carney, Diretora Luciana Costa e Ministro Fernando Haddad. Washington, outubro de 2024 — Arquivo pessoal da SAIN.

e. **A Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP) e o Hub de Plataformas de Países (CP Hub)**

A Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP) foi lançada em outubro de 2024 pelo Ministério da Fazenda, em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, de Minas e Energia, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com o objetivo de mobilizar investimentos internacionais em projetos estratégicos de desenvolvimento sustentável e transição ecológica. Concebida como iniciativa interministerial, em cooperação com BNDES, GCF, Bloomberg *Philanthropies* e GFANZ, a Plataforma teve sua governança formalizada em 2025, com a criação de Comitê Gestor, consolidando-se como instrumento permanente do Estado brasileiro.

Até janeiro de 2026, foram incorporados 17 projetos à Plataforma, totalizando cerca de US\$ 25 bilhões em investimentos potenciais, além de mais de 80 conexões entre projetos e financiadores, com engajamento de mais de 60 investidores.

Durante a COP30, em Belém, o Ministério da Fazenda anunciou a criação do *Country Platforms Hub* (CP Hub), iniciativa liderada pelo Brasil para apoiar países na estruturação e mobilização de financiamento para clima e desenvolvimento. Inspirado na experiência brasileira com a BIP, o Hub fortalece a capacidade dos países de estruturar investimentos e coordenar parceiros internacionais, com governança majoritariamente composta por países em desenvolvimento e secretariado apoiado, em fase inicial, pela *Africa Climate Foundation*.

O Hub conta com parcerias com instituições como GCF, NDC *Partnership*, V20, *Finance in Common* e PNUD, articulando-se também com redes de ministros de finanças voltadas à ação climática. Em janeiro de 2026, o CP Hub teve seu plano de trabalho aprovado pelo Comitê Gestor.

f. Destaques de entregas sobre finanças sustentáveis nas Presidências Brasileiras do G20, do BRICS

No âmbito da Presidência Brasileira do G20 em 2024, a área de finanças sustentáveis da SAIN coordenou o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (*Sustainable Finance Working Group* — SFWG) e a Força-Tarefa de Mobilização Global contra a Mudança Climática (TF-CLIMA), esta última em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Como principais entregas, foram publicados três documentos no âmbito do SFWG — *2024 G20 Sustainable Finance Report*, *Independent High-Level Expert Group Review of the Vertical Climate and Environmental Funds* e *2024 G20 Recommendations for Credible, Robust and Just Transition Plans* — além de quatro documentos relacionados à TF-CLIMA, incluindo a Declaração Ministerial, o Documento de Resultados, o Compêndio de Referências Climáticas do G20 e o relatório independente *A Green and Just Planet*.

No contexto da Presidência Brasileira do BRICS em 2025, a SAIN contribuiu, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, para a elaboração da Declaração dos Líderes sobre Financiamento Climático (*Leaders' Framework Declaration on Climate Finance*).

Adicionalmente, a área coordenou o desenvolvimento da Nota Técnica do BRICS sobre Financiamento Climático (*Technical Note — Enhancing Financing for Climate Action*), documento alinhado à agenda do Círculo de Ministros de Finanças da COP30 e às discussões internacionais sobre a ampliação do financiamento climático.

g. Círculo de Ministros de Finanças da COP30

Em 2025, o Ministério da Fazenda coordenou o Círculo de Ministros de Finanças da COP30, iniciativa da Presidência brasileira da COP30 concebida como um processo estruturado de diálogo entre Ministérios de Finanças para fortalecer o papel das finanças na implementação da agenda climática global e contribuir para o Mapa do Caminho de Baku a Belém, voltado à ampliação do financiamento climático para países em desenvolvimento, a partir de todas as fontes públicas e privadas, para pelo menos US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035.

O Círculo reuniu cerca de 35 países de diferentes regiões e níveis de desenvolvimento, além de organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos climáticos, especialistas, representantes da sociedade civil e do setor privado. Entre abril e setembro de 2025, foram realizadas mais de 25 reuniões técnicas, bilaterais, vice-ministeriais e ministeriais, presenciais e virtuais, incluindo encontros à margem das Reuniões de Primavera e Anuais, da Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), das Semanas do Clima de Londres e de Nova York e de eventos preparatórios para a COP30. Ao longo de todo o ciclo, ocorreram mais de 50 interações, estruturando um processo contínuo de construção de consensos.

O processo contou com três grupos consultivos — especialistas técnicos, setor privado e sociedade civil — e recebeu mais de mil e duzentas contribuições de países e instituições, incorporadas às versões sucessivas do relatório.

Como principal resultado desse processo colaborativo, foi elaborado o Relatório do Círculo de Ministros de Finanças da COP30, estruturado em cinco prioridades estratégicas interconectadas:

- **Ampliação dos fluxos de financiamento concessional e dos fundos climáticos**, para que os países em desenvolvimento possam contar com recursos em condições adequadas e previsíveis, especialmente para adaptação e transição justa.
- **Reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento**, para que se tornem mais integrados, ágeis e capazes de atuar como catalisadores de capital privado em escalas.
- **Fortalecimento da capacidade doméstica e das plataformas de país**, de modo a ampliar a coordenação institucional e a atratividade de investimentos sustentáveis, com políticas fiscais e de endividamento alinhadas à sustentabilidade.
- **Inovação financeira e a mobilização do setor privado**, com o desenvolvimento de instrumentos capazes de reduzir riscos e multiplicar o impacto dos recursos disponíveis.
- **Fortalecimento dos marcos regulatórios para o financiamento climático**, incorporando o risco climático e de transição aos sistemas financeiros, promovendo integridade, interoperabilidade e transparência, e reforçando a estabilidade e a confiança no sistema como um todo.



Embaixadora Tatiana Rosito e delegação brasileira, logo após a Reunião Ministerial do Círculo de Ministros de Finanças da COP30 durante as Reuniões Anuais do FMI/BM, em que se apresentou o Relatório do Círculo. Washington, outubro de 2025 — Arquivo pessoal da SAIN.

O Relatório consolida recomendações acionáveis para tornar o sistema financeiro internacional mais coerente, acessível e eficaz, reforçando o papel estratégico dos Ministérios de Finanças na tradução da ambição climática em políticas públicas e instrumentos financeiros concretos. O documento foi encaminhado à Presidência da Conferência das Partes como insumo central para o Mapa do Caminho de Baku a Belém e para a continuidade do diálogo entre Ministérios de Finanças em fóruns como o G20, o BRICS e outras instâncias internacionais relevantes.

IV. ACOMPANHAMENTO MACROECONÔMICO (SUMAC)

Ao longo do triênio 2023–2026, a Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais (SUMAC) contribuiu para o fortalecimento do acompanhamento sistemático da conjuntura econômica e da agenda de políticas comerciais no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. A atuação concentrou-se na produção e disseminação de análises macroeconômicas voltadas ao público internacional, no apoio técnico ao diálogo econômico bilateral e regional e no acompanhamento de negociações comerciais e de temas regulatórios com impacto sobre a inserção externa da economia brasileira.

No campo macroeconômico, destacaram-se iniciativas voltadas à comunicação econômica e ao intercâmbio técnico com parceiros internacionais, como a publicação do Brazil Macro Monitor e a participação em diálogos econômicos com a União Europeia e no Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul. Essas atividades contribuíram para a troca de informações, o acompanhamento de tendências econômicas internacionais e a apresentação dos principais desenvolvimentos da economia brasileira a interlocutores externos.

Na área de políticas comerciais, a SUMAC acompanhou negociações e processos relacionados aos acordos externos do Mercosul, bem como discussões sobre facilitação de investimentos, integração regional e temas tarifários e de defesa comercial nas instâncias da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Em paralelo, apoiou análises sobre o ambiente comercial internacional e seus impactos potenciais sobre setores produtivos nacionais, contribuindo tecnicamente para a formulação de subsídios à tomada de decisão governamental.

De forma geral, a atuação da Subsecretaria buscou integrar o monitoramento macroeconômico ao acompanhamento da agenda comercial internacional, fornecendo suporte técnico e analítico às atividades da Secretaria de Assuntos Internacionais e às iniciativas de coordenação econômica e comercial do governo federal.

1. Monitor Macro

O Brazil Macro Monitor é um informe produzido pela Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais, da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. O objetivo da publicação é apresentar os principais dados macroeconômicos do Brasil em inglês, em um formato resumido, especialmente para o público envolvido nas relações internacionais do país, como representantes de embaixadas e organizações internacionais.

Edições:

- Primeira edição (junho de 2025): incluiu um box com as prioridades do Ministério da Fazenda.
- Segunda edição (julho de 2025): trouxe um box destacando a relação econômica de comércio e investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.
- Terceira edição (agosto de 2025): destacou o *Plano Brasil Soberano* no box principal.
- Quarta edição (novembro de 2025): publicou um box sobre os impactos das tarifas comerciais adotadas pelos EUA sobre o Brasil e o comportamento das expectativas de Investimento Estrangeiro Direto no país após o anúncio dessas tarifas.
- Quinta edição (janeiro de 2026): abordou as repercussões macroeconômicas para o Brasil da intervenção dos EUA na Venezuela e a importância econômica do setor de petróleo no país. *(Nota: informações específicas dessa edição não estão disponíveis nas fontes oficiais, mas os temas seguem o padrão editorial das edições anteriores.)*

2. Diálogo Brasil — UE

Nos anos de 2024 e 2025, foram realizados Diálogos Brasil–União Europeia entre a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil e sua contraparte na Comissão Europeia, abordando temas de interesse comum entre ambas as jurisdições.

Em 2024, a reunião bilateral destacou, no cenário econômico brasileiro, as medidas fiscais e estruturais adotadas para fortalecer a arrecadação, reduzir distorções, alinhar o país às regras internacionais e consolidar a sustentabilidade macroeconômica.

Já em 2025, em meio à elevada incerteza global, o diálogo enfatizou, no lado brasileiro, a recomposição de receitas e o controle de gastos, a reforma tributária de caráter neutro, os impactos das tarifas norte-americanas e medidas de mitigação, além da solidez dos fundamentos macroeconômicos e da agenda de investimentos estruturantes, com destaque para o Novo PAC e o Plano de Transformação Ecológica.

3. Mercosul — Grupo de Monitoramento Macroeconômico

O Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM) é um órgão técnico composto por representantes de Ministérios da Economia e Bancos Centrais, vinculado à Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais dos Estados Partes e Associados do Mercosul (RMEPBC). A RMEPBC é geralmente realizada uma vez a cada semestre, em conjunto com as reuniões de encerramento da Presidência Pro Tempore do bloco. O GMM elabora materiais e é orientado pela RMEPBC quanto aos temas a serem trabalhados ao longo de cada semestre, em suas duas reuniões ordinárias semestrais.

Além dos temas regulares de análise das conjunturas econômicas nacional, regional e internacional, nos anos de 2023 e 2025, sob a Presidência Pro Tempore do Brasil no Mercosul, o GMM elaborou estudos sobre os seguintes temas:

- **2023:** análise do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais do Mercosul (SML) como instrumento de cooperação macroeconômica na região, avaliando suas possibilidades, potencialidades e eventuais caminhos de aprimoramento.
- **2025:** análise dos principais vetores de riscos macroeconômicos externos à região, oferecendo uma visão regional sobre os diferentes riscos, canais e processos de transmissão para as economias do Mercosul.



Equipe da SUMAC coordena a 2ª reunião do GMM da PPT brasileira do Mercosul. Brasília, outubro de 2025 — Diogo Zacarias.

V. ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS COMERCIAIS (SUMAC)

1. Acordos de Parceria Econômica e de Comércio

No contexto das negociações externas do bloco do Mercosul, a SUMAC participou ativamente das negociações e da internalização de acordos de parceria econômica, com ênfase nas relações de comércio internacional. Registraram-se avanços técnicos e políticos relevantes, voltados à assinatura do Acordo Mercosul–União Europeia e do Acordo Mercosul–EFTA em 2025, bem como progressos nas tratativas de internalização desses acordos e do Acordo Mercosul–Singapura, celebrado em 2023.

Também evoluíram as negociações com os Emirados Árabes Unidos e o Canadá, com aprofundamento de disciplinas de especial interesse desta Subsecretaria, notadamente em acesso a mercados de bens e serviços — inclusive serviços financeiros —, comércio eletrônico, investimentos e comércio e desenvolvimento sustentável.

2. Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos

No campo dos investimentos, a SUMAC manteve participação ativa na negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), com destaque para as tratativas com Panamá e Arábia Saudita, visando ao fortalecimento da governança institucional, à prevenção de controvérsias, à facilitação de fluxos de investimento e à ampliação da segurança jurídica para investidores. Os esforços empreendidos culminaram na conclusão do ACFI entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, em 2024, e do acordo com o Panamá, em 2025.

3. Integração Regional — Mercosul

No âmbito regional, destacaram-se os trabalhos de integração produtiva do setor automotivo no Mercosul ao longo do triênio, que resultaram no aperfeiçoamento das regras de origem e dos mecanismos de coordenação regulatória desse setor no bloco, contribuindo para o fortalecimento da competitividade, da previsibilidade normativa e da complementaridade das cadeias produtivas. Também merecem registro as discussões intrabloco sobre comércio de serviços, investimentos, comércio eletrônico e comércio e desenvolvimento sustentável, bem como o acompanhamento das deliberações no âmbito do Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX) e do Grupo Mercado Comum (GMC) do Mercosul. Vale destacar ainda a participação nas discussões da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), especialmente no tratamento de temas regulatórios e operacionais com impacto direto sobre o fluxo comercial intra e extrabloco.

4. Grupos e Comitês da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)

a. Investimentos e sustentabilidade

No âmbito dos temas não-tarifários, houve participação contínua da SUMAC nos colegiados do Conselho Nacional de Investimentos (CONINV) e do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Sustentabilidade da CAMEX, contribuindo para a formulação e implementação de políticas voltadas à sustentabilidade, à atração de investimentos e ao fortalecimento da inserção internacional da economia brasileira. A SUMAC também participou de parceria técnica com a CEPAL para avaliação do impacto do Mecanismo de Ajuste de Fronteira (CBAM) da União Europeia sobre a economia brasileira.

b. Tarifas e defesa comercial

Os temas tarifários foram tratados de forma contínua e estruturada nas instâncias técnicas e deliberativas que subsidiam as decisões do Comitê-Executivo de Gestão (GECEX), com participação regular no Comitê de Alterações Tarifárias (CAT), no Comitê Técnico de Ex-tarifá-

rios (CTex) e no Comitê de Defesa Comercial (CDC). A recorrência das reuniões integra o fluxo permanente de determinações do governo relacionadas a alterações tarifárias, regimes de ex-tarifários e à defesa comercial, demandando acompanhamento técnico sistemático, análises econômicas e setoriais, além de interlocução constante com partes interessadas.

Como exemplos das ações desenvolvidas ao longo do triênio, destacam-se as discussões técnicas de casos em matéria tarifária e de defesa comercial, com concentração nos setores químico e siderúrgico, bem como em bens de tecnologia da informação e comunicação voltados a datacenters, além de insumos estratégicos de infraestrutura digital.

Além da participação nos comitês da CAMEX, a SUMAC exerceu a representação ministerial no diálogo com o setor privado, recebendo regularmente representantes de empresas e associações setoriais para apresentação de pleitos tarifários e manifestações favoráveis ou contrárias a petições de defesa comercial. Essa interlocução constituiu atividade contínua da Subsecretaria ao longo do período, resultando na realização de centenas de reuniões técnicas e institucionais.

c. Reciprocidade econômica

Em resposta ao agravamento do ambiente internacional, marcado pela intensificação de medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos, foi constituído, no âmbito da CAMEX, um grupo específico de análise destinado ao acompanhamento sistemático desses movimentos, à avaliação de seus impactos sobre setores estratégicos e à coordenação de subsídios técnicos para a tomada de decisão governamental.

Esse trabalho contou com o apoio da SUMAC na formulação e aprimoramento do arcabouço normativo nacional, voltado a ampliar os instrumentos disponíveis ao Estado brasileiro para respostas proporcionais, compatíveis com as regras do comércio internacional e alinhadas à estratégia de defesa dos interesses comerciais e produtivos do país.

*Embaixadora Tatiana Rosito.
MF, fevereiro de 2026
– Washington Costa.*



Secretaria de Assuntos Internacionais
CCE 1.17–

Chefia de Gabinete
CCE 1.13

Coordenação de Gabinete
CCE 1.10

Divisão Administrativa
FCE 1.07

Staff
CCE 3.05
6 colaboradores terceirizados
1 Sem cargo

Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica – SUFIC
FCE 1.15

CG de Cooperação Econômica Internacional – CGCE
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

CG de Assuntos Financeiros Internacionais – CGAF
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

Coordenação
FCE 1.10

Assistente
FCE 2.07

CG de Avaliação e Recup. de Créditos ao Exterior – CGAR
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

Assistente
FCE 2.07

Gerente de Projeto
CCE 3.13

Gerente de Projeto
CCE 3.13

Gerente de Projeto
FCE 3.13

OCDE; BRICS; Bilaterais

COMACE

FMI; G-20

Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável – SUFIN
FCE 1.15

CG de Instituições Globais de Desenvolvimento – CGIG
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

Coordenação
FCE 1.10

Gerente de Projeto
FCE 3.13

CG de Finanças Sustentáveis – CGFS
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

Gerente de Projeto
FCE 3.13

Coordenador
FCE 3.10

Coordenador
FCE 3.10

Banco Mundial; NDB; AIIB

FIDs; GCF; GEF; CIFs; Fundos ambientais e climáticos

Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais – SUMAC
FCE 1.15

CG de Acompanhamento Macroeconômico – CGAM
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

Coordenador
FCE 1.10

CG de Políticas Comerciais – CGPC
FCE 1.13

Coordenação
FCE 1.10

Coordenação
FCE 1.10

1 Sem cargo

1 Sem cargo

Conjunta Macro; Relatórios de OIs; Integração Regional

Agenda de Política Comercial

Legenda dos cargos:
Decreto 12.778, de 15/12/2025 – COP30

ANEXO II. LISTA DAS EQUIPES POR ÁREA

Secretária de Assuntos Internacionais

Embaixadora Tatiana Rosito

Chefe de Gabinete

Sheila Ribeiro Ferreira

Subsecretaria de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais (SUMAC)

Subsecretária Julia de Medeiros Braga

Subsecretário Interino Anderson Mello (2024)

Subsecretário Fernando Alcaraz (2023)

Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica (SUFIC)

Subsecretário Antonio Freitas (2023–2025)

Subsecretário Interino Helder Silva (dez. 2025–mar.2026)

Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável (SUFIN)

Subsecretário Ivan Tiago Machado Oliveira

Equipe da Estrutura SAIN

Adalberto José Ferreira Sousa Alencar (2023–2024)

Adriana Barbosa Garrido Alves

Agenilso Santos Morias

Alessandro Carvalho Barros

Ana Cláudia da Silva Almeida

Ana Ketelin Justino Ferreira

Ana Maria Brandão Cavalcanti (2023–2025)

Ana Patricia (2023)

Anderson da Costa Mello (2023–2025)

Anderson Luiz Monteiro Cavalcante

Anderson Matheus Santos Nunes Tinoco (2023–2025)

Bruno Ferreira Maceió (2023)

Camila Eulália Lopes Leite

Camila Maia Carneiro Costa

Cristiano Boaventura Duarte

Daniela Ramos Guimarães de Faria

Felipe Antunes de Oliveira (2023–2024)

Fernanda Menezes Pereira (2023)

Flavio Daniel Baran

Francisco Gomes de Oliveira

Franklin Maciel Freitas

Gabriel Felipe da Fonseca Dizner

Geniana Gazotto Ferreira (2023)

Gisele Gomes da Silva (2023)

Glauco Avelino Sampaio Oliveira (2025)

Glenda Carla da Silva Viana

Gustavo Ericson de Melo Alexandre

Hayane Crhistine Bispo de Lima

Helder Paulo Machado Silva

Henrique Martins Sachetim

Ingrid Alves Feitosa Rodrigues

João Tedeschi (2023)

Jônatas Kreuz

José Ângelo de Carvalho Couto Neto

José Pedro Ramos Fachada Martins Silva (2023)

José Ricardo Pereira Junior (2023–2025)

Keiti da Rocha Gomes (2023)

Larissa Santos Araujo

Leonardo Dantas Araújo (2023–2024)

Lívia Farias Ferreira de Oliveira

Livia Batista Maciel Braga

Lucas da Silva Taschetto

Lucas Ferraz Vasconcelos (2023–2025)

Luana Magalhães Duarte de Araújo

Luís Henrique D'Andrea (2023)

Lúcia Regina Darós (2023–2024)

Marden de Melo Barbosa

Marcelo Landau (2023–2024)

Marcelo Leite de Rezende

Maria Célia dos Santos

Mariana Davi Ferreira
 Manoel Pinheira de Lima
 Ozileide Barros Fonseca
 Pablo Emanuel Fernandes Sampaio Medeiros
 Paulo Coelho Ávila
 Priscila Yuvamoto (2023–2024)
 Priscilla Belle Oliveira Pinto
 Rachel Pellizzoni da Cruz
 Raquel Porto Ribeiro Mendes (2023–2025)
 Rafael Quirino Santos
 Rebeca Gouget Sergio Miranda
 Renata Silva Martins Azevedo
 Ricardo Klinger Izidoro Lima

Rodrigo Antônio Gonzaga Sagastume
 Rogério Nunes Caldas (2023–2024)
 Ronaldo Barroso
 Sarah Alexandra Alves Lopes
 Santino Magalhães Cavalcanti (2023–2025)
 Sílvia Helena Machado Drummond (2023–2024)
 Thaís Lopes Rocha (2023)
 Tiago de Almeida Pinto (2023–2024)
 Valdyr Alvares Junior (2023)
 Verônica Pereira de Melo
 Vinícius Barbosa Salles de Azeredo
 Zilda Vieira Mouhamad Abou Silva

G20, BRICS e COP30

Aline Oliveira Cunha
 Ana Mathias
 Arthur Rocha Xavier
 Bruno Walter Coelho Saraiva
 Daniel Rodrigues do Couto Silva
 Diego Araujo Azzi
 Elaine Raila de Brito Amorim
 Ismael Moreira Lopes Sobrinho
 Jeser Abilio de Souza
 Jose Henriques da Silva Ribeiro Júnior
 Julia Mascarello
 Juliana Maria Torelly de Carvalho Almeida
 Katia da Costa Aguiar
 Lucia Regina Daros
 Marcos Constant Bastos Tigre
 Marcus Vinicius Vasconcelos da Costa
 Maria Vitoria da Silva
 Nátaly Santiago Guilmo
 Nuria Rodrigues de Brito
 Paulo Mauricio Texeira da Costa
 Paulo Henrique Camargo da Costa Ribeiro
 Poliana Garcia Temístocles Ferreira
 Sulafa Nofal
 Tatiana Berringuer de Assumpção
 Thiago Lima da Silva
 Vinicius Barbosa Salles Azeredo

PNUD

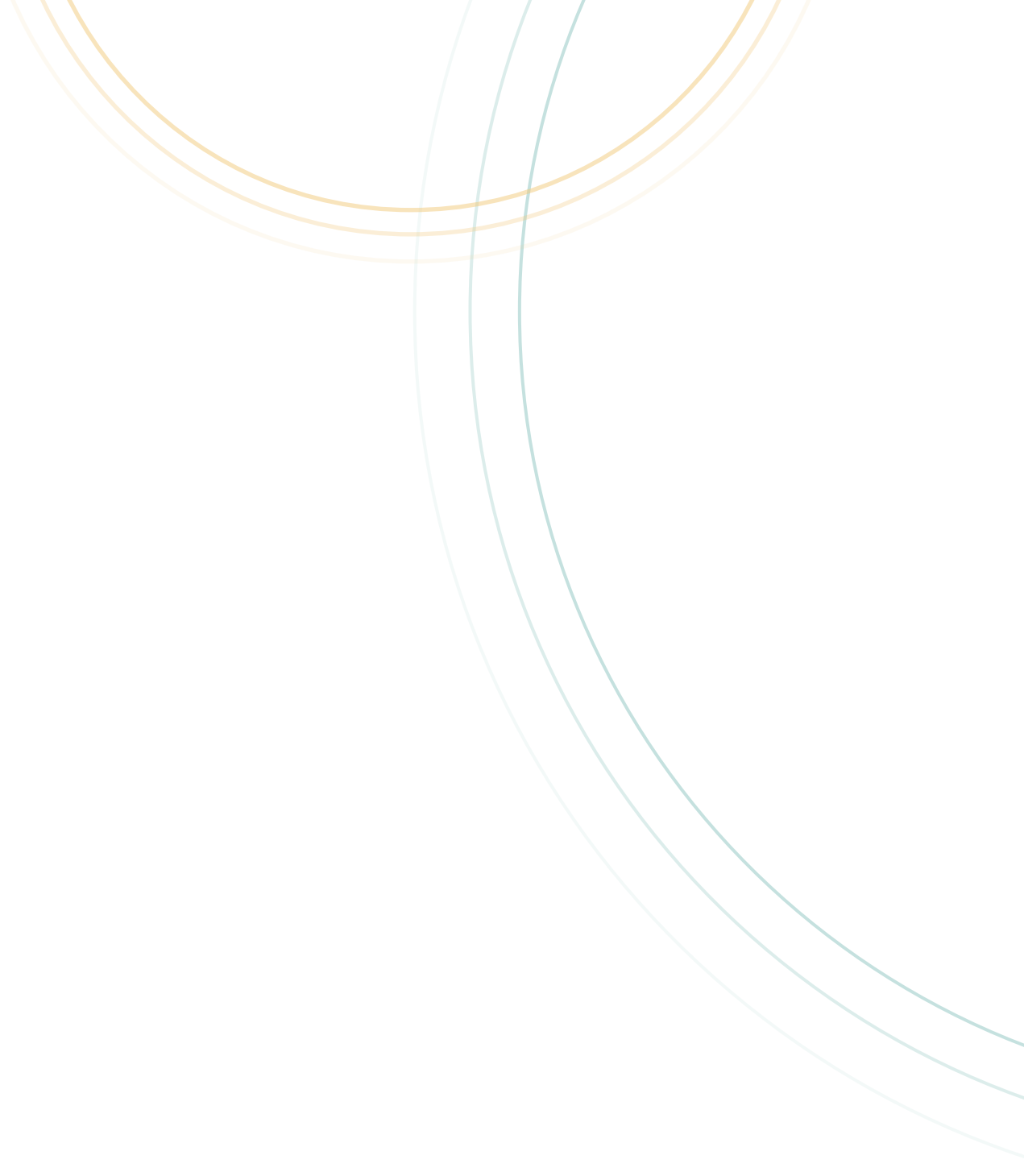
Ana Carolina Bottega
 Juliana Nascimento
 Karin Vazquez
 Victoria de Castro
 Uolli Briotto

Comunicação

Fabiana Gomes de Carvalho
 Rafael Tatemoto
 Thaise Oliveira Torres Monteiro

Secondees

André Proite (IBRD)
 Diogo Falchano Bardal (IFC)
 Fabiano Bastos Rodrigues (FMI)



Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental. Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis, refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o impacto sobre o planeta. Edição limitada.

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

